



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – (UFMA)
CAMPUS VII – CODÓ/MA
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS – HISTÓRIA

Antonio Carlos Mesquita de Souza

**A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA IRMÃ RITA LORE WICKLEIN: um
olhar sobre a Pedagogia da Alternância.**

Orientador (a): Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva



ANTONIO CARLOS MESQUITA DE SOUZA

**A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA IRMÃ RITA LORE WICKLEIN: um
olhar sobre a Pedagogia da Alternância.**

Trabalho de conclusão de curso (TCC)
apresentado a Universidade Federal do Maranhão
– UFMA Campus VII - Codó, como parte dos
requisitos finais para obtenção do grau do Curso
de Licenciatura em Ciências Humanas/História.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva

Codó/MA
2015

Souza, Antonio Carlos Mesquita de.

A Escola Família Agrícola Irmã Rita Lore Wicklein: um olhar sobre a pedagogia da alternância / Antonio Carlos Mesquita de Souza. – Codó, 2015.

83 p.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Licenciatura em Ciências Humanas - História, 2015.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva.

1. Educação no Campo – Codó (MA). 2. Pedagogia da Alternância. 3. Ensino. I. Título.

CDU 37:631.117.2(812.1)



ANTONIO CARLOS MESQUITA DE SOUZA

**A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA IRMÃ RITA LORE WICKLEIN: um
olhar sobre a Pedagogia da Alternância.**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado a Universidade Federal do Maranhão – UFMA Campus VII - Codó, como parte dos requisitos finais para obtenção do grau do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva

Aprovado 02 / 12 / 2015

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva (Orientador)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Profa. Dra. Cristiane Dias Martins da Costa (1ª Avaliadora)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Profa. Dra. Liliâne Faria Corrêa Pinto (2ª Avaliadora)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Dedico os resultados alcançados deste estudo aos meus exemplos de vida:
Minha mãe Raimunda Nonata Mesquita de Souza, (in memorian) exemplo de mãe e a
Onorato de Souza, um pai que buscou em sua prática cotidiana influenciar os filhos de
maneira honrada

AGRADECIMENTOS

Sou grato acima de tudo ao meu Senhor Deus criador do universo e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo que diz: “Não temas, porque eu sou contigo; não te assombres, porque eu sou teu Deus: eu te esforço e te ajudo, e te sustento com a destra da minha justiça. Porque eu o Senhor teu Deus, te tomo pela tua mão direita, e te digo: não temas, que eu te ajudo”. (Is 41: 10, 13). E a sua palavra deu-me forças para continuar na peleja, até hoje tem me ajudado o SENHOR.

Agradeço a minha maravilhosa e inesquecível mamãe, Raimunda Nonata Mesquita de Souza que com um enorme esforço e dedicação criou com auxílio de papai, dez filhos sem roubar, mendigar e muito menos, sem nem em sonhos pensar em dar algum de seus rebentos. Minha mãe sempre foi uma mulher guerreira e um exemplo de mãe, esposa, mulher e amiga. Essa foi uma mulher de verdade! Que juntamente com todos os meus familiares foram fundamentais para a formação do meu caráter.

Grato ao Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva, meu orientador, diretor do Campus VII da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, coordenador do Subprojeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) de Ciências Humanas. Não posso afirmar com certeza se teria chegado até aqui sem a bolsa do PIBID, sei de uma coisa, está no PIBID me propiciou um desenvolvimento muito significativo, o PIBID em minha vida foi um divisor de águas. Por isso quero agradecer ao Professor Aragão por ter se sensibilizado com a comunidade acadêmica estudantil e escrito esse subprojeto, o qual me beneficiou assim como tem assistenciado um bom número de graduandos. Ainda, obrigado ao professor Aragão por ter aceitado ser orientador deste trabalho e contribuído muito para seu êxito com riquíssimas correções, direcionamentos, indicações de literaturas e disponibilização de seu raríssimo tempo para as orientações tão necessárias.

Professora Ma. Jascira, obrigado por todas as vezes que recorri ao seu auxílio, mesmo fora de expediente e, tive como retorno a sua colaboração na elaboração, correção e participação de trabalhos acadêmicos e/ou oficiais. Professora, Vossa Senhoria nem imagina o quanto contribuiu em minha formação!

Muito grato ao professor, Dr. Alex Lima, que enriqueceu de forma significativa a esta monografia, por meio de elaboração de figuras produzidas para esta pesquisa, como também por ter si colocado a disposição a contribuir no trabalho.

Agradeço aos demais docentes, Anicento Cantanhede, Anne Caroline, Aparecida Paiva, Cristiane Dias, Edyene Moraes, Eva Melo, Fabiana. Flavio Luis, Gabriela Melo, Ilka

Pereira, Itanielson Coqueiro, Luciano Macne, Luis Lafontaine, Marcela Arrais, Maria do Socorro, Tatiane Sales, Welington Amorim, que juntamente com aqueles/as lecionaram disciplina ou disciplinas, imprimindo com sua metodologia, sua formação política e filosófica, mas principalmente sua formação humana, características de seu modo peculiar de ensinar em nós enquanto seus discentes... obrigado!

Aos técnico-administrativos, Arimatéia, Edvaldo, Giselda, Janayna, Rita e as bolsistas Danielle e Raimunda, à todos os funcionários de serviços gerais, ao motorista Edvaldo (tem sempre bons conselhos), aos agentes de segurança, e todos que contribuíram com o nosso processo de ensino-aprendizagem no Campus VII da UFMA meu muito obrigado.

Sou grato a todos os meus companheiros de turma e das demais turmas desse Campus com os quais estabeleci salutares relações e intercâmbios. Foram valiosas as trocas estabelecidas de conhecimento. Agradeço por terem confiado em mim e me escolhido como representante estudantil no Conselho de Campus, isso para mim foi um privilégio jamais imaginado, de poder representar a comunidade estudantil desse Campus da UFMA.

Não poderia deixar de agradecer à todos os discentes da Escola Família Agrícola de Codó. Seus professores que, a todo o momento, durante as pesquisas se colocaram de prontidão para cooperar com o estudo e aos pais dos discentes, atores fundamentais para a realização deste trabalho, que abriram as portas de suas residências para um estranho e partilharam parte de suas vidas com uma tamanha simplicidade e riqueza de detalhes.

Muito grato ao Sr. Silas Henrique - Pastor Presidente de nossa igreja local - Igreja Batista da Graça de Deus (IBGD), por sua paciência e investimento em minha vida. Não poderia deixar de agradecer à todos os irmãos e irmãs de nossa congregação do bairro do Codó Novo.

Incomensuravelmente, sou grato à todos que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação acadêmica até aqueles que de alguma forma, em um momento ou em outro tivemos divergências. E em virtude disso peço a esses minhas sinceras desculpas. Quero que saiba que essas divergências fazem parte do processo de amadurecimento e também contribuem para o progresso da ciência.

Meu muito obrigado a todos e todas!

A educação não muda a realidade, muda as
pessoas, e as pessoas mudam a realidade.

Eduardo Galeano.

RESUMO

Essa pesquisa pautou-se na temática denominada Educação do/no Campo com foco na Escola Família Agrícola Irmã Rita Lore Wicklein, que fica localizada na Comunidade Quilombola Monte Cristo, no município de Codó – MA. Essa instituição adota a Pedagogia da Alternância (PA) como método de ensino, cuja prática pedagógica visa a formação integral do discente como sujeito e não paciente da educação que recebe. A investigação discorre sobre a Pedagogia da Alternância desde seu surgimento na França, sua chegada ao Brasil e sua trajetória no Maranhão até chegar ao município de Codó. Metodologia de prática interdisciplinar em sala de aula e fora dela, a Pedagogia da Alternância revela-se nessa pesquisa num ambiente aberto as atividades teóricas e práticas que tornam-se desafios para docentes e discentes, tendo em vista a construção e difusão dos conhecimentos científicos, sem, no entanto, perder de vista o contexto cultural e social em que a EFA está inserida. Nessa análise da EFA também buscamos conhecer melhor o público alvo da Escola Família Agrícola de Monte Cristo, a partir do depoimento docente e das entrevistas com familiares dos discentes. A pesquisa traz também elementos que podem ajudar a suprimir a carência de investigação acadêmica acerca da EFA de Monte Cristo, enquanto instituição que promove o ensino por Alternância em meio às dificuldades existentes até mesmo para aplicação do ensino formal pelo sistema público. A ênfase no referencial teórico foi pautada em Jean-Claude Gimonet (GIMONET, 2007) estudioso que dedicou sua vida profissional à Pedagogia da alternância nas Maisons Familiares Rurales na França, primeiramente como monitor e posteriormente, como diretor de uma delas. A metodologia proposta inicial assentou-se na pesquisa bibliográfica das literaturas acessíveis sobre Educação do Campo, pesquisas em teses de doutorados, dissertações de mestrados e artigos científicos publicados e disponíveis na internet que tratam da Pedagogia da Alternância. Em segundo momento, passamos a fazer estudos sobre a História Oral, uma vez que esta foi utilizada para obter informações orais, através de realização de entrevistas com professores e pais dos discentes da EFA de Codó. Essa pesquisa tornou possível conhecer, ainda que superficialmente, a formação por alternância desenvolvida na Escola Família Agrícola de Codó - MA, onde se busca uma formação integral do ser humano, visando a construção de um cidadão comprometido com as questões sociais, ambientais, econômicas, intelectuais, etc., sem, contudo, um desses se sobrepôr aos outros. Durante as observações das atividades didático-pedagógicas em sala foi possível verificar o ensinamento correlacionado que se tem na EFA, onde seus monitores procuram dialogar com outras áreas do conhecimento. Ficou evidente na investigação que grande parte das 16 comunidades representadas pelos alunos da EFA sofre com a ausência permanente do poder público, uma vez que faltam escolas, professores, água encanada, postos de saúde e diversas políticas públicas de inclusão dessas comunidades que vivem no campo. E que a EFA nesse contexto se coloca como uma alternativa para formar cidadãos conscientes de seus direitos e de seus deveres para com o desenvolvimento de suas comunidades com a finalidade de mudar esta situação.

Palavras-chave: Camponeses - Educação do Campo - EFA - Pedagogia da Alternância

ABSTRACT

This research was marked in the subject called Education in/on field with focus on Agricultural Family School Sister Rita Lore Wicklein, which is located in the Community Quilombola Monte Cristo, in the city of Codó - MA. This institution adopts the Pedagogy of Alternation (PA) as a teaching method, whose pedagogical practice aims at the integral formation of the student as subject and not patient education you receive. The talks investigation into the Pedagogy of Alternation since its inception in France, his arrival in Brazil and its trajectory in Maranhão to reach the city of Codó. Interdisciplinary practice methodology in the classroom and beyond, the Pedagogy of Alternation is revealed in this research in an open environment the theoretical and practical activities that become challenges for teachers and students, with a view to construction and dissemination of scientific knowledge, without, however, losing sight of the cultural and social context in which the EFA is located. In this analysis of EFA also seek to better understand the target audience of the Agricultural Family School of Monte Cristo, from teaching testimony and interviews with families of students. The survey also brings elements that can help suppress the lack of academic research into the EFA Monte Cristo as an institution that promotes education for switching among the difficulties even for teaching formal application by the public system. The emphasis on the theoretical reference was guided by Jean-Claude Gimonet (GIMONET, 2007) scholar who devoted his professional life to the Pedagogy of Alternation in Maisons Familiales Rurales in France, first as monitor and subsequently, as director of one of them. The methodology proposed initial sat in a bibliographic search of literature accessible on Field Education, researches on Post-doctoral theses, dissertations and master scientific articles published and available on the internet that deal with the Pedagogy of Alternation. In the second moment, we spent doing studies on Oral History, since this was used for oral information, through interviews with teachers and parents of the learners of the EFA of Codó - MA. This research has become possible also know that superficially, training by alternation developed in School Agricultural Family of Codó - MA, Where one is seeking the integral formation of the human being, aiming at the construction of a citizen committed to social issues, environmental, economic, intellectuals, etc., without, however, one of these overlap to others. During the observations of didactic-pedagogical activities in room was possible to check the teaching correlated that has in the EFA, where your monitors are seeking dialog with other areas of knowledge. It was clear from the investigation that a large part of the 16 communities represented by the students of the EFA suffers with the permanent absence of public power, once that lacks schools, teachers, piped water, health posts and various public policies for the inclusion of these communities that live in the field. And that the EFA in this context is placed as an alternative to form citizens aware of their rights and of their duties to the development of their communities with the purpose to change this situation.

Keywords: Peasants - Field Education - EFA - The Pedagogy of Alternation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Gráfico de distribuição estudiantil da EFA – Codó por Comunidade	23
Figura 02: Associação dos Centros Educativos Familiares - CEFFA´s no mundo.....	35
Figura 03: Os quatro Pilares dos CEFFAs.	41
Figura 04: Localização do município de Codó - MA e da EFA Codó	53
Figura 05: Imagem aérea: parte do Rio Itapecuru na cidade de Codó/MA.....	54
Figura 06: Ao fundo a EFA Codó e a frente a horta orgânica.....	57
Figura 07: Raimundo Pereira do Nascimento – Dute.	58
Figura 08: Seminários realizados nas comunidades sedes	61
Figura 09: Entrevistador Antonio Carlos e entrevistado Prof. Pedro Auri.	62
Figura 10: Entrevistador em estrada que dar acesso a comunidade Cipoal dos Pretos.....	64
Figura 11: Agricultora Maria Auxiliadora Lima.	65
Figura 12: Camponês Deusimar Silva.....	66
Figura 13: Camponesa Maria Maçalina	67
Figura 14: Agricultora Raimunda Nonata.	69
Figura 15: Parte da Família Matos	70
Figura 16: Camponês Raimundo e sua esposa Maria Leonice.....	71
Figura 17: Camponesa Nazirene e sua filha Joycirene.	72
Figura 18: Agricultora Maria de Nazaré na sala de sua residência	74
Figura 19: Camponesa Antonia em área coberta ao lado de sua residência.....	76

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01: Situação das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil	38
Quadro 02: Números de EFAs no Brasil dividido por Região e Estados.	39
Quadro 03: Cidade, nome e data de fundação das EFAs no Estado do Maranhão.	51
Quadro 04: Escolas por modalidade de ensino.....	55
Tabela 01: Populações que vivem no campo e na cidade do Norte e Nordeste do Brasil.	46

LISTA DE SIGLAS

ACESA - Assessoria da Animação Comunitária em Educação, Saúde e Agricultura.

AECOFABA - Associação das Comunidades Famílias Agrícolas da Bahia.

AEFARO - Associação das EFAs de Rondônia.

AES - Amigos do Estado do Espírito Santo.

AIMFR - Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação por Alternância.

AFRAEEFAC - Associação das Famílias Rurais Alunos e Ex-alunos da Escola Família Agrícola de Codó.

ARCAFAR – NO/NE - Associação das Casas Familiares Rurais Norte/Nordeste do Brasil.

ARCAFAR-SUL - Associação das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil.

ASSEMA - Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal da Educação Superior.

CCR - Conselho Comunitário Rural de Codó.

CEE - Conselho Estadual de Educação.

CEFFA - Centros Familiares de Formação em Alternância.

CFR - Casa Familiar Rural.

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

ECOR - Escola Comunitária Rural.

EFA - Escola Família Agrícola.

EJA - Educação de jovens e adultos.

EJOMIC - Equipe de Jovens Missionários Cristãos.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDEB - Índice de Desenvolvimento na Educação Básica.

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

IFMA - Instituto Federal de Educação Tecnológica do Maranhão.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

LDBN - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.

MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo.

MFR - Maison Familiale Rurale.

ONG - Organização não governamental.

PFNSA - Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção.

PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

PMC - Prefeitura Municipal de Codó

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PPP - Projeto Político Pedagógico.

SEMED - Secretaria Municipal de Educação.

SEPPIR - Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial.

SMDH - Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

UAEFAMA - União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas no Maranhão.

UFMA - Universidade Federal do Maranhão.

UNEFAB - União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. A PESQUISA: Os caminhos percorridos e sua relevância para a academia	18
1.1. A ESCOLHA DO TEMA: Justificativa.....	18
1.2. OS MEANDROS DA PESQUISA: Metodologia	19
2. A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA (PA)	25
2.1. DA FRANÇA AO BRASIL: transformando vidas, construindo alternativas	32
2.2. ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA NO BRASIL.....	35
2.3. OS PILARES DE SUSTENTAÇÃO DOS CEFFAS	40
2.4. OS INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS DOS CEFFAs	42
2.5. A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO ESTADO DO MARANHÃO	45
3. CONTEXTUALIZANDO A EFA NO MUNICÍPIO DE CODÓ	53
3.1. ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE CODÓ – EFA CODÓ	56
3.2. A EFA E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA EM CODÓ.....	58
3.3. A (AS) MOTIVAÇÃO (ÕES) DOS PAIS NA ESCOLHA DA EFA – CODÓ.....	63
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si mediados pelo mundo.

Paulo Freire

O desenvolvimento desse estudo está pautado na temática educação do/no campo com foco na Escola Família Agrícola de Monte Cristo, situada na cidade de Codó. Essa instituição adota a Pedagogia da Alternância (PA) como método de ensino. Essa pedagogia visa a formação integral do discente, promovendo este como sujeito e não paciente da educação que recebe (GIMONET, 2007).

Miguel Arroyo, em palestra proferida em Luziânia/GO, por ocasião da *I Conferência Nacional por uma Educação do Campo*, em julho de 1998, fez os seguintes questionamentos:

[...] como a escola vai trabalhar a memória, explorar a memória coletiva, recuperar o que há de mais identitário na memória coletiva? Como a escola vai trabalhar a identidade do homem e da mulher do campo? Ela vai reproduzir os estereótipos da cidade sobre a mulher e o homem rural? Aquela visão de jeca, aquela visão que o livro didático e as escolas urbanas reproduzem quando celebram as festas juninas? É esta a visão? Ou a escola vai recuperar uma visão positiva, digna, realista, dar outra imagem do campo? (ARROYO, 2011, p. 16).

As interrogações nos fazem observar os inúmeros problemas que precisam ser superados para que a educação do/no campo seja compreendida e respeitada pelo Estado enquanto direito universal uma vez que tem sido um dos encaminhamentos dos camponeses organizados.

O primeiro contato com a Pedagogia da Alternância se deu no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), experiência de iniciação docente que possibilitou uma nova perspectiva de ensino aos futuros docentes, pautada, inclusive, na interdisciplinaridade que o próprio curso de Licenciatura em Ciências Humanas propõe, sem deixar de lado o modelo de formação por alternância que é praticado na Escola Família Agrícola Irmã Rita Lore Wicklein, a EFA Codó.

A EFA está localizada a cerca de 40 km da sede do município de Codó – MA, atendendo cerca de 100 alunos/ano distribuídos do sexto ao nono ano do ensino básico e,

como é de praxe na zona rural desse município, os discentes, por vezes, tem que se deslocar com muita dificuldade até a sede se desejam concluir o ensino médio¹.

As discussões relevantes se dão no campo da prática interdisciplinar em sala de aula e em ambiente aberto através de atividades práticas, verdadeiros desafios tanto para os docentes como para nós os bolsistas, no tocante ao incentivo aos discentes a construir e difundir os conhecimentos científicos, sem, no entanto, perder de vista o contexto cultural e social em que estão inseridos.

Esse contato nos levaram a iniciar um estudo sobre a Escola Família Agrícola (EFA) e seu público alvo considerando também a história dos familiares dos discentes, nesse período de três anos como participante no subprojeto do PIBID. Tempo que considero significativo para obter um pouco de conhecimento sobre a Pedagogia da Alternância, que até então, não se tinha nenhuma informação a respeito do que era e o porquê dessa prática, e como tomava forma naquela escola.

Para uma maior compreensão o trabalho, foi dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo apresenta os objetivos e justificativas da pesquisa e traz um detalhamento da metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa monográfica. Delineia os caminhos percorridos para a concretização desse projeto.

O segundo capítulo apresenta a conceituação da Pedagogia da Alternância, faz um levantamento histórico da PA, traz a constituição e o processo de elaboração dessa metodologia desde a França até sua chegada ao Estado do Maranhão no Brasil por meios dos camponeses.

Aqui também se é aprofundada as discussões por intermédio de alguns teóricos que corroboram com a PA abordando parte das motivações que contribuíram para o sucesso dessa pedagogia e apresenta, de maneira genérica, alguns dos instrumentos pedagógicos constituídos ao longo do tempo de prática.

O terceiro e último capítulo contextualiza a Pedagogia da Alternância na cidade de Codó – MA, abordando fatos relatados de pais de discentes e de um dos docentes da EFA entrevistados. Esses relatos tratam da fundação da instituição, realizada através da mobilização de dezenas de comunidades do município de Codó – MA.

Aborda também relatos que atestam a importância dessa escola para o nosso município classificando a PA como uma alternativa para a Educação do/no campo.

¹ Seus colaboradores estão estudando viabilidade de nos próximos anos vir a ofertar o ensino médio o que será um grande ganho para a região de abrangência da escola, pois nas proximidades os discentes têm uma carência elevada na oferta de ensino médio.

1. A PESQUISA: Os caminhos percorridos e sua relevância para a academia

Para obter uma compreensão mais aprofundada sobre a Pedagogia da Alternância (PA), considerou-se de suma importância realizar esta pesquisa fazendo uso do levantamento de dados nos arquivos documentais da instituição, entrevista com professores, pais dos alunos, como também, levantamento bibliográfico.

Tais inquietações iniciaram-se com as atividades do PIBID na Escola Família Agrícola de Codó, onde nós enquanto bolsistas passamos a participar do dia a dia da escola. A curiosidade começou a nos inquietar: o que a escola representa para os pais, que optam por matricular seus filhos na Escola Família Agrícola de Monte Cristo? Quais as origens dos discentes atendidos pela EFA?

Em meio a estes questionamentos, veio uma pergunta: a pobreza a que foi submetido o pequeno produtor rural, sua baixa escolarização, a qual dificulta ainda mais o enfrentamento dos problemas cotidianos no meio vivencial. A ausência de uma escola que o habilite a estabelecer um conhecimento que o leve a um saber fazer, que lhe garanta habilidades, aptidões, atitudes, valores, saberes, para que tenha a capacidade de conduzir o desenvolvimento do local onde vive, também é um fator que os levaram a colocarem seus filhos e filhas em uma escola diferente, que busque uma formação que venha de encontro aos anseios de sua comunidade?

Buscando interpretar os dados coletados durante a realização desta investigação traçamos como objetivo geral conhecer o perfil dos pais dos discentes da EFA buscando levantar as motivações pelas quais os fizeram optar pela a Escola Família Agrícola. Objetivamos saber, ainda, as perspectivas desses pais ao investir na continuação dos estudos dos/as filhos/as e, se o aspecto financeiro contribuiu definitivamente para matrícula, e/ou a necessidade de formação de lideranças locais também pesou nessa escolha.

1.1. A ESCOLHA DO TEMA: Justificativa

Como já mencionado o tema ora discutido nesta pesquisa, veio da curiosidade de se conhecer melhor a Pedagogia da Alternância praticada na Escola Família Agrícola de Codó. Haja vista nossa atuação há três anos de aplicação nesta instituição de ensino como bolsista de um subprojeto de pesquisa na área da docência denominado de **Iniciação a Docência em Meio a Afrodescendência e à Alternância no ensino formal da Zona Rural de Codó.**

O subprojeto é Coordenado pelo Prof.º Dr. José Carlos Aragão Silva, o qual faz parte das iniciativas da Coordenação Aperfeiçoamento do Pessoal de Educação Superior (CAPES) para melhorar a qualidade dos docentes no exercício da docência.

Esse vem sendo desenvolvido na comunidade quilombola de Monte Cristo, desde o ano de 2011. Além dos bolsistas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), tem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal da Educação Superior – CAPES e a parceria com os discentes e em conjunto com os monitores da Escola Família Agrícola Irmã Rita Lore Wicklein, o projeto tem total apoio do Campus da UFMA em Codó.

Outro motivo que nos fez realizar esta pesquisa foi a falta de materiais de estudos local sobre a EFA, e sua importância como instituição de ensino nas comunidades rurais atingidas por ela no município de Codó e seu significado para os defensores da educação do/no campo.

E por último, entretanto, de relevância similar aos anteriores, a paixão pela instituição e seu fazer pedagógico que fomos adquirindo a medida que nos aprofundávamos nas pesquisas sobre a escola e sua pedagogia inovadora, o que nos propiciou a cerca de um ano, sermos convidados pela equipe pedagógica para fazer parte do corpo docente da instituição, isso para nós foi gratificante e uma grande conquista.

A relevância dessa pesquisa consiste no fato de que por meio dela será possível identificar os diferentes fatores que influenciaram os pais dos discentes na escolha da EFA para seus filhos. Com base nos dados que foram analisados, obter-se-á oportunidade de avaliar a importância dessa escola para as comunidades mais distantes dos centros urbanos, bem como qual o fator preponderante desta opção.

Acreditamos ser essa pesquisa também, o princípio de um tímido levantamento das origens, desses discentes, os quais são atendidos pela EFA. A investigação registra também a atuação dos pais junto à escola e traz informações sobre as famílias, as comunidades, que serão relevantes para academia e futuros pesquisadores.

1.2. OS MEANDROS DA PESQUISA: Metodologia

Tomando o termo metodologia em seu sentido mais amplo, poderemos considerar que dela fazem parte, desde o método escolhido para a investigação, os procedimentos gerais que orientam o estudo, até as etapas e procedimentos por meio dos quais a investigação se realiza (SANTOS, 2010, p. 16).

A proposta inicial assentou-se na pesquisa bibliográfica das literaturas acessíveis sobre Educação do Campo, pesquisas em teses de doutorados, dissertações de mestrados e artigos científicos publicados e disponíveis na internet que tratam da Pedagogia da Alternância, além de fazer uso de Gimonet, um dos teóricos da educação do campo com ênfase nos Centros Familiares de Formação em Alternância (CEFFA).

Em segundo momento, passou-se a fazer estudos sobre a História Oral, uma vez que esta foi, a metodologia utilizada para obter informações orais, através de realização de entrevistas com professores e pais dos discentes da EFA de Codó.

No que concerne ao desenvolvimento de uma pesquisa, o entendimento que se tem é que a escolha por certa metodologia de pesquisa é orientada por pressupostos que a defendem, vinculados à especificidade da problemática definida. Conforme observa Certeau (1995, p.18), “uma prática sem teoria leva necessariamente, num momento ou noutro, ao dogmatismo de ‘valores eternos’ ou à apologia de um ‘intemporal’. A suspeita não conseguiria alcançar toda a análise teórica”.

A teoria, nesse caso, deve estar atrelada à prática, de maneira a articulá-la em relação ao objeto do estudo e aos procedimentos de análise, pois, segundo o mesmo autor, não há discurso “científico” que consiga estabelecer-se de forma contundente se não buscar a relação com o “corpo” social que está sendo estudado (CERTEAU, 1995). Dessa forma, esta análise histórica aproxima-se da corrente teórica proposta pela Nova História, tendo em vista os autores utilizados nesta investigação.

Considerando que fizemos opção pela pesquisa bibliográfica e pela metodologia da História Oral, faz-se necessário evidenciar as razões pelo uso de depoimentos como fontes de pesquisa que pautam-se na oralidade como discorre Thompson:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17).

Apesar da introdução da História Oral no Brasil ter ocorrido na década de 70, somente a partir dos anos 90 do século XX é que a História Oral experimentou aqui uma expansão significativa. De acordo com Amado (2006, p. IX):

A multiplicação de seminários e a incorporação pelos programas de pós-graduação em história de cursos voltados para a discussão da história oral são indicativos

importantes da vitalidade e dinamismo da área. Por outro lado, o estabelecimento e o aprofundamento de contatos com pesquisadores estrangeiros e com programas de reconhecimento mérito internacional, propiciados pelos encontros e seminários, criaram canais importantes para o debate e a troca de experiências.

Meihy (2005) destaca que a história oral vem de uma linha de pensamento que questiona a história oficial e, se coloca como uma história viva, pois se constitui no presente:

Atualmente, a história oral já se constitui em parte integrante do debate sobre a função do conhecimento social e atua em uma linha que questiona a tradição historiográfica centrada em documentos oficiais. Por isso, a história oral hoje é parte inerente dos debates sobre tendências da historiografia contemporânea ou história do tempo presente. Como pressuposto, a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. É isso que marca a história oral como “história viva.” (MEIHY, 2005, p. 19).

A história oral permite uma interação entre a história e as demais ciências sociais, pois outras áreas fazem uso dela no desenvolvimento de seus estudos. Em muitos aspectos, Alessandro Portelli e Chantal de Tourtier-Bonazzi, autores de três capítulos do livro *Usos e abusos da história oral* (AMADO; FERREIRA, 2006), a defendem como uma metodologia mais abrangente e complexa do que uma simples técnica de entrevista.

É sabido também que a pesquisa através da História Oral só é possível em temas contemporâneos. Noutros termos, Alberti (1989), afirma que:

[...] a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (ALBERTI, 1989, p. 4).

Como método dessa pesquisa se fez uso da escrita e da narrativa oral, considerado que ambas são fontes complementares entre si e não excludentes, em outras palavras, as fonte orais não se constituem meros suportes para as escritas, ela cumpre uma função importante nesse processo que é de gerar documentos para serem consultados no futuro (ALBERTI, 1989), entretanto, segundo Garrido (1993) há coisas que nunca saberemos a partir de apenas pesquisas orais, assim como existem outras que jamais se conhecerão somente pelos documentos escritos.

Amado (2006, p. XI) ressalta que a História Oral trabalhada no Brasil geralmente está associada as fontes escritas e são pouco exploradas:

[...] trabalhar com a história oral no Brasil em geral ainda consiste em gravar entrevista e editar os depoimentos, sem explorá-los suficientemente, tendo em vista um aprofundamento teórico-metodológico; também é comum a utilização de entrevistas, em associação com fontes escritas como fornecedoras de informações de teses ou trabalhos de pesquisa, sem que isso envolva qualquer discussão acerca da natureza das fontes ou de seus problemas.

Todo este percurso tornou-se necessário para então prosseguir a investigação baseada na pesquisa de campo através da: observação in loco, registros infográficos (fotos e vídeos) dos discentes, monitores e das dependências da instituição, entrevista com um dos monitores e pais de discentes (estas foram realizadas na comunidade de residência dos pais dos discentes). E posteriormente análise teórico-empírica dos dados coletados durante a pesquisa.

O critério utilizado para a escolha dos pais dos discentes entrevistados se deu da seguinte forma: primeiramente se pesquisou nas documentações acessíveis da EFA – Codó, o local de procedência de cada um dos discentes da instituição no corrente ano, objetivando retirar uma amostra desse universo que fosse representativa.

A partir dos dados coletados naquele momento, ficou evidente que, discentes de 16 comunidades do município de Codó estudavam na EFA (figura 1) e que, seria impraticável realizar uma pesquisa de campo que contemplasse todas as comunidades, porém, considerando o tempo, as distâncias a serem percorridas, o transporte, as condições de acesso aos povoados, etc. decidiu-se realizar a coleta em algumas dessas comunidades.

Em seguida passou-se a averiguar o quantitativo estudantil por comunidade, tendo por finalidade selecionar algumas de maior contingente, as contempladas foram: Centro do Expedito (dezoito discentes), Cipoal dos Pretos (onze discentes) e Nova Vila (seis discentes).

Figura 1: Gráfico de distribuição estudiantil da EFA – Codó por Comunidade



Fonte: Dados da Secretaria da EFA – Codó 03/2015.

Organização: Autor, 2015.

A Etapa seguinte foi escolher a porcentagem de pais que seriam entrevistados tendo em vista o total de discentes (setenta e dois) e que dentre os mesmos havia irmãos estudando na mesma sessão ou em sessões diferentes.

Após conversas com o orientador, foi fixado um percentual de 15% dos pais em relação ao total de discentes, o que em números absolutos ficou em um total de onze (11) pais a ser entrevistados, distribuídos nos três povoados de maior efetivo estudiantil da EFA – Codó.

Foi realizado uma regra de três simples e assim se chegou a proporção de pais por comunidade, sendo estabelecido que na Comunidade Centro do Expedito deveriam ser realizadas seis (6) entrevistas, no Cipoal dos Pretos seriam entrevistados três (3) pais e na comunidade Nova Vila, dois (2).

A partir de então, se passou a classificar quais pais seriam visitados em cada uma dessas comunidades. Para isso foi imprescindível o apoio dos monitores da instituição, uma vez que esses eram o elo de ligação entre o entrevistador e os pais, tendo em vista que conheciam a maioria dos pais e suas respectivas localidades. Nesse sentido, alguns dos monitores se disponibilizaram para entrar em contato com aquelas famílias indicadas para as entrevistas.

As famílias classificadas nas comunidades escolhidas foram, prioritariamente, aquelas nas quais, outrora, outros filhos e/ou parentes próximos já tinham sido discentes da EFA, assim como na presente data.

2. A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA (PA)

Nunca separar a cultura da natureza e de suas leis.

Célestin Freinet

Achou-se por bem trazer algumas conceituações do termo, sendo discutido entre os poucos teóricos que abordam a educação do campo, uma vez que, os autores consultados elaboraram seus próprios conceitos sobre a Pedagogia da Alternância (PA) por meio de suas múltiplas experiências.

A Pedagogia da Alternância é um movimento educativo que vem se aprimorando ao longo do tempo e do espaço, tendo nascido no seio da comunidade camponesa da França, como resposta à ausência de uma escola no meio rural que, oferecesse uma educação onde a sua prática de ensino partisse do tangível, da realidade do camponês, da sua vida familiar, em comunidade e das suas atividades cotidianas, para o global, valorizando e dando sentido ao sujeito em formação, seu trabalho e suas tradições local (GIMONET, 2007).

De acordo com Wolochen (2008), a PA é um modelo de educação que nasceu da insatisfação dos jovens franceses.

A Pedagogia da Alternância é uma proposta educacional que surgiu, na França nascida da insatisfação dos filhos dos agricultores com o modelo educacional francês que pouco considerava o meio rural. A insatisfação dos jovens franceses propiciou muita discussão, pois, estes não sentiam motivação para frequentar uma escola com conteúdos que não tinham significado para sua vida e para a profissão de agricultores. É nesse contexto que surge a Pedagogia da Alternância como uma forma de educação escolar capaz de atender as especificidades educacionais para jovens agricultores.

Debates à parte acerca das razões para o seu surgimento, vale destacar que nessa pedagogia os agentes são os diferentes atores “alternantes²”, sendo esses os discentes. Seus pais, os monitores e monitoras, a associação, etc. completam o time que culminou nesse projeto, onde a ênfase maior recai logicamente nos ombros dos jovens em formação.

Segundo Gimonet (2007, p. 19), esses “jovens (pré-adolescentes, adolescentes ou jovens adultos)” não se tratam de alunos convencionais, eles são atores protagonistas nesse

² Termo usado por Juan Cano para designar os atores desse movimento - Presidente da associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural - MFR, no prefácio do Livro de Jean-Claude Gimonet – Praticar e Compreender a Pedagogia da alternância do CEFFAS.

processo de ensino-aprendizagem, inseridos numa dada conjuntura de vida e em um dado território.

De acordo com Gimonet (2007, p. 19), “sua família é convidada ativamente a participar de sua formação” logo, suas famílias são partes essenciais dentro desse movimento, haja vista que, sem sua participação perde-se o sentido da Pedagogia da Alternância, pois de fato, foi um pai angustiado (Jean Peyrat) com o rumo que tomara o futuro da formação de seu filho, em diálogo com o pároco da comunidade, que plantou a ideia dessa pedagogia.

Assim para, Garcia-Marirrodriaga (2010, p. 24), é por isso que se faz imprescindível que os pais façam parte da ação educativa e formativa, principalmente porque os alunos são jovens e, como todos, precisam de certos limites. É imperativo que sejam acompanhados de perto por seus progenitores ou responsáveis.

Observa-se que, nas pesquisas realizadas sobre a Pedagogia da Alternância, o monitor (nome dado aqueles que exercem a função de lecionar as disciplinas, visitar as famílias, interagir diretamente com os discentes e ser o motor motivacional no grupo) tem suas funções ampliadas ao ser comparados aos professores das demais instituições de ensino, seja pública ou privada, localizadas independentemente da sede ou zona rural da cidade.

[...] os ‘monitores’ têm uma função e papeis bem mais amplos que aqueles de um docente ou professor. E todos esses atores são chamados a cooperar, a complementar-se nas suas diferenças. Por isso, a eficiência da alternância é ligada à qualidade relacional existente entre eles para implementar as atividades e os instrumentos pedagógicos específicos do método (GIMONET, 2007 p.19, 20).

“A formação por alternância [...] parte da experiência da vida quotidiana (familiar, profissional, social) para ir em direção à teoria, aos saberes dos programas acadêmicos, para em seguida, voltar à experiência, e assim sucessivamente” (GIMONET, 2007, p. 16). A esse processo dar-se o nome de tempo escola - tempo comunidade. É um método didático que vai de encontro à expressão “ver - julgar - agir” (GIMONET, 2007, p. 23).

É inegável que a Pedagogia da Alternância tem metodologia e instrumentos pedagógicos próprios para aplicação e desenvolvimento de sua ação educativa, onde o discente traz de casa o conhecimento empírico. Esse se torna objeto de problematização no ambiente escolar, durante o convívio com os demais agentes alternantes e logo após esse período na escola, esse discente retorna à sua localidade buscando agir sobre a sua realidade com uma compreensão da causa bem maior, fazendo uso desses instrumentos

metodológicos³, ao que Gimonet (2007, p. 29) considera que “a experiência deve ser considerada, ao mesmo tempo, como suporte de formação, reservatório de saberes e cadinho educativo”.

Além disso, pode-se perceber que a Pedagogia da Alternância está fundamentada sobre “quatro pilares”. Conforme Gimonet (2007, p. 15) os dois pilares de ordem das finalidades: formação integral (projeto pessoal) e desenvolvimento do meio (socioeconômico, humano, político...) e dois pilares de ordem dos meios: alternância (um método pedagógico) e a associação (pais, famílias, profissionais, instituições). No que diz respeito à importância desses pilares, na seção 2.3 encontrar-se-á mais subsídios.

É notório que essa metodologia pedagógica apenas se parece de fácil compreensão e simples aplicabilidade, na verdade a PA é complexa e essa complexidade⁴ exige de seus agentes um elevado comprometimento com a causa. A Pedagogia da Alternância (PA) é um movimento pedagógico que prognostica a Pedagogia da Complexidade⁵. Gimonet (1998, p. 47) afirma ser ela

uma necessária educação sistêmica que considera a pessoa nas suas diferentes dimensões, na sua trajetória de vida, no seu meio ambiente; que considere a multiplicidade e diversidade das fontes do saber e seus meios e difusão, que coloca o aprendiz mais como um produtor do seu saber do que como consumidor como sujeito de sua formação.

O autor ainda classifica, a Pedagogia da Alternância (PA) como “um caminhar permanente entre a vida e a escola” possibilitando ao aluno construir seu projeto pedagógico, desenvolvê-lo e realizar uma aproximação reflexiva sobre todas as atividades desenvolvidas durante sua formação, além, é claro, da PA ter a pretensão de buscar de fato, uma formação integral e o desenvolvimento local através do seu público alvo (GIMONET, 2007, p. 29).

³ Trataremos de alguns desses instrumentos metodológicos mais comuns no Brasil, desenvolvidos nas diversas realidades de aplicabilidade da Pedagogia da Alternância, no decorrer de sua história, ao abordarmos os CEFFA.

⁴ Segundo Edgar Morin (2011, p.13), a um primeiro olhar a complexidade é um tecido (complexus: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico. Mas então a complexidade se apresenta com os traços inquietantes do emaranhado, do inextricável, da desordem, da ambigüidade, da incerteza.

⁵ Aquela defendida e explanada por Edgar Morin em seu exemplar denominado Introdução ao pensamento complexo de 2011.

Assim fica evidente que, do jovem formando pela PA, espera-se uma formação integral, ou seja, uma educação que contemple os aspectos humanos, os sociais, os intelectuais, o sindical, etc. para que assim, ele possa ser capaz fazer reflexões de modo local, mas também, de maneira planetária, alterando o ambiente no qual vive de forma racional, com vista a minimizar os impactos ambientais contrários no global. Gimonet (2007 p.10) corrobora com estas ideias ao afirmar que:

[...] se precisa pensar numa educação que leve em conta ‘o mais local’ para encontrar nele o humo de sua formação, de suas perspectivas de vida, de ações e de engajamentos, mas, também, uma educação que se abra sobre a globalidade do mundo, do planeta. Pensar uma educação ‘planetária’. Em outras palavras, uma educação para está ao mesmo tempo, no local e no global.

Analisando a assertiva de Gimonet (2007), percebemos o poder de transformação que a educação tem na vida do sujeito que se percebe a partir da escola como integrante do planeta terra.

Para Silva (2006, p. 6), “a alternância, enquanto princípio pedagógico, mais que característica de sucessões repetidas de sequências, visa desenvolver na formação dos jovens situações em que o mundo escolar se posiciona em interação com o mundo que o rodeia”, ou seja, alternância não se trata de tempos, uns dedicados ao trabalho e outros ao estudo, ela diz respeito à forma de interação entre estes tempos para produção de conhecimento. Nosella⁶ (2007, p. 10) também compartilha do mesmo posicionamento.

Na escola, os discentes entram em contato com os conhecimentos, os refletem e concebem o saber e, ao retornar para casa, o processo de ensino aprendizagem continua. Nessa interação, o currículo se integra necessariamente nos dois extremos, na escola, naquele momento em que são direcionados à reflexão e aprofundamento de seus conhecimentos e, ao chegar à propriedade seus pais, tornam-se seus monitores fechando o ciclo da alternância.

Essa formação baseada em “tempos fortes” permitem aprofundar a técnica e a formação geral e humana durante as estadias presenciais na casa paroquial. Os agricultores, por sua vez, associam-se a esta formação durante os períodos em que estão na propriedade, convertendo-se os pais durante estas semanas em “monitores” de seus filhos. Assim fecha-se o ciclo da alternância entre os dois tempos da formação (GRACÍA-MARIRRODRIGA, 2010, p. 29).

⁶ Professor de filosofia da Educação, o qual participou da criação das primeiras Escolas de Família Agrícola no Espírito Santo. Coordenador do Centro de Formação dos primeiros monitores. Artigo publicado na Revista da Formação por Alternância, jul, 2007.

De acordo com Gimonet (2007) a Pedagogia da Alternância (PA) como um processo complexo nascido da criatividade e da atitude dos indivíduos enquanto movimentos é rico em ensinamentos construindo, afirmando e implantando a renovadora pedagogia.

É um processo complexo que se operou nessa caminhada criativa. Parece também refletindo uma atitude coerente com o seu objetivo: a formação por alternância. E, sem dúvida, pode ser, para os movimentos MFR⁷ dos diferentes países, rico em ensinamento para construir, afirmar, implantar esta pedagogia renovadora (GIMONET, 2007, p. 21).

A forma como a PA foi estruturada e como ela veio se desenvolvendo aproxima-se do pensamento de Morin (2003), sociólogo, antropólogo, filósofo e historiador francês, que propõe uma reforma no pensamento, uma mudança que transforme radicalmente a maneira de pensar, ensinar e aprender. Defende a valorização de um pensamento não fragmentado (ensinamento interdisciplinar), que permita que homens e mulheres enxerguem o mundo e a humanidade de maneira contextualizada, abrangente e completa (sistêmica).

Conhecer o humano não é separá-lo do Universo, mas situá-lo nele. [...], todo conhecimento, para ser pertinente, deve contextualizar seu objeto. “Quem somos nós?” é inseparável de “Onde estamos, de onde viemos, para onde vamos?” (MORIN, 2003, p. 32).

Essa transformação na maneira de pensar, segundo Morin (2003, p. 24), faz com que o sujeito perceba a vida não como apenas um produto, “mas também um agente da física terrestre”, nesse sentido, o sujeito se entenda como parte de um sistema complexo e que interagem com outras matérias também constituintes do sistema.

A ideia sistêmica começou, na segunda metade de nosso século, a minar progressivamente a validade de um conhecimento reducionista. Formulada por Bertalanffy, ao longo dos anos 50, a teoria geral dos sistemas, que parte do fato de que a maior parte dos objetos da física, da astronomia, da biologia, da sociologia, átomos, moléculas, células, organismos, sociedades, astros, galáxias formam sistemas, ou seja, conjuntos de partes diversas que constituem um todo organizado, retomou a idéia, freqüentemente formulada no passado, de que um todo é mais que o conjunto das partes que o compõem. Na mesma época, a cibernética estabelecia os primeiros princípios concernentes à organização das máquinas que dispunham de programas informatizados e de dispositivos reguladores, cujo conhecimento não podia ser reduzido ao de suas partes constitutivas. [...], a organização em sistema produz qualidades ou propriedades desconhecidas das partes concebidas isoladamente: *as emergências*. Assim, as propriedades do ser vivo são desconhecidas na medida de seus constituintes moleculares isolados; elas emergem nesta e para esta organização. A rotina, fruto da ciência disciplinar, era tão forte,

⁷ O Movimento das Maisons Familiares Rurales – Casas familiares Rurais que nasceu na França, em 1935 a partir da necessidade de criação de uma escola que correspondesse às necessidades reais e aos problemas vivenciados no campo.

que, por muito tempo, o pensamento sistêmico permaneceu afastado das ciências, tanto naturais como humanas, e, ainda hoje, é marginalizado (MORIN, 2003, p. 22-23).

Morin (2003, p.11) ainda propõe que se estabeleça uma reflexão sobre a complexidade e sua contribuição para a educação tecendo uma crítica ao que chamou “superespecialização”. Para o autor:

[...] os desenvolvimentos disciplinares das ciências não só trouxeram as vantagens da divisão do trabalho, mas também os inconvenientes da superespecialização, do confinamento e do despedaçamento do saber. Não só produziram o conhecimento e a elucidação, mas também a ignorância e a cegueira. Em vez de corrigir esses desenvolvimentos, nosso sistema de ensino obedece a eles. Na escola primária nos ensinam a isolar os objetos (de seu meio ambiente), a separar as disciplinas (em vez de reconhecer suas correlações), a dissociar os problemas, em vez de reunir e integrar. Obrigam-nos a reduzir o complexo ao simples, isto é, a separar o que está ligado; a decompor, e não a recompor; e a eliminar tudo que causa desordens ou contradições em nosso entendimento. Em tais condições, as mentes jovens perdem suas aptidões naturais para contextualizar os saberes e integrá-los em seus conjuntos.

O ensino compartimentalizado das disciplinas onde cada um dos professores, trabalha sua disciplina em separado, parte do pressuposto de que o estudante posteriormente fará a interligação entre elas. O que se percebe, no entanto, é que o estudante não consegue chegar a esse grau de abstração por si só. Por isso o prof. Silvio Gallo⁸ em entrevista destaca o seguinte problema.

Nós professores, ensinamos a nossa disciplina partindo do princípio de que, o estudante vai depois, fazer as interligações entre as várias disciplinas. E aí o que a gente começa a perceber na escola? Que o estudante não faz essa interligação, e a gente começa então a criticar o processo educativo pelo fato dele ser um processo educativo compartimentalizado e que, o estudante não consegue relacionar os conhecimentos que ele aprende em uma disciplina com os conhecimentos que ele aprende em outra disciplina (GALLO, 2011).

De acordo com Gallo (2011), “a gente cria aquela imagem das gavetas, como se a escola transformasse a mente da criança em um conjunto de gavetinhas [...] terminou a aula de História fecha. Abre a gavetinha da Matemática enche dos conhecimentos da

⁸ Prof. Dr. Silvio Donizetti de Oliveira Gallo - possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1986), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1990), doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1993) e livre docência pela Universidade Estadual de Campinas (2009). Atualmente é professor associado (MS-5) da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em educação, ensino de filosofia, ensino médio, filosofia e transversalidade, anarquismo e educação. (dados encontrados na plataforma Lattes).

Matemática, fecha [...]”. E assim, conforme Silvio Gallo ocorre com todas as outras disciplinas, sem, contudo, o discente fazer relação entre as disciplinas estudadas.

Dessa reflexão surge uma pergunta, como os discentes chegarão a esse grau de abstração? Quando nem mesmo seus professores foram preparados para esse olhar de viés da transdisciplinaridade⁹.

É evidente o porquê de Gimonet (2007) considerar a complexidade como “processo” na concepção da Pedagogia da Alternância. Sendo que Complexo segundo a Prof.^a Maria Eunice Gonzales¹⁰:

[...], ele nos termos de Morin se opõe ao simplismo. Indo um pouquinho mais adiante, é aquilo que engloba várias dimensões, ou seja, espaços temporais, diferentes realidades, mas não como uma soma só, nas suas interações com a unidade. Então vamos dar um exemplo agora: nós estamos aqui interagindo com árvores, com várias pessoas passando, com formigas em nosso pé, têm várias realidades e a gente não está se trombando uns nos outros, as coisas não estão caindo em nossa cabeça. Há uma integração entre os sistemas com várias histórias. A História da formiga tem uma temporalidade muito distinta da minha, a minha da sua, da árvore, mas nós nos integramos, e essa integração sistêmica é a característica dos sistemas complexos (GONZALES, 2011).

É nessa perspectiva que se faz cada vez mais urgente a ampliação de instituições educacionais que busquem uma formação integral do sujeito, como esta praticada na EFA Codó, para que o ser humano possa se distanciar de sua auto-extinção, pois segundo Morin (2005), o homem que produz conhecimento, que produz e transforma, mas também se pode conduzir a sua aniquilação.

[...] essa ciência elucidativa, enriquecedora, conquistadora e triunfante, apresenta-nos, cada vez mais, problemas graves que se referem ao conhecimento que produz, à ação que determina, à sociedade que transforma. Essa ciência libertadora traz, ao mesmo tempo, possibilidades terríveis de subjugação. Esse conhecimento vivo é o mesmo que produziu a ameaça do aniquilamento da humanidade (MORIN, 2005, p. 16).

Pelo o que se pode perceber, a partir das discussões aqui sublinhadas a Pedagogia da Alternância (PA) que surge naquele momento na França como uma importante alternativa

⁹ Transdisciplinaridade significa ser mais do que disciplinas que colaboram entre si em um projeto com um conhecimento comum a elas, mas significa também que, há um modo de pensar organizador que pode atravessar essas distintas disciplinas e que pode dar uma espécie de unidade. Não se trata de por fim as disciplinas, contudo, ir além dessas disciplinas que cooperam concebendo o novo, o qual só é constituído pela interação dessas disciplinas (MORIN, 2003).

¹⁰ Prof. Maria Eunice Gonzales é física e filósofa, participa do Grupo interdisciplinar de Pesquisa sobre auto organização do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da UNICAMP. A complexidade é uma de suas áreas de estudo. É professora do Departamento de Filosofia da UNESP de Marília.

para a educação, continua a evidenciar que ainda é um importante instrumento para a formação de nossas futuras gerações.

2.1. DA FRANÇA AO BRASIL: transformando vidas, construindo alternativas

Os educandos procedentes das camadas economicamente menos favorecidas, ao chegarem aos centros urbanos não se identificavam com a educação, seus conteúdos e sua intencionalidade, pois a diferença entre a vivência, a prática e o que se era estudado pelas escolas urbanas ficavam distantes de suas origens camponesas. Esta dualidade entre a escola e a realidade dos discentes acarretou dificuldades que fizeram muitos alunos abandonarem as escolas por falta de motivação.

Yves Peyrat, um filho de Jean, obteve seu diploma de estudos em 1934, ao completar doze anos. Seu pai [...]. Queria que seu filho fosse mais instruído, mais competente do que ele mesmo havia sido. Mas Yves não tinha motivação para a escola. A atitude do filho marcou uma decepção para seu pai, que busca apoio em seu pároco com quem normalmente discutia assuntos importantes (GRACÍA-MARIRRODRIGA, 2010, p. 23 - 24).

Em meados de 1930, diante da triste realidade de abandono pela qual passava a comunidade camponesa, a qual afrontava todos os setores da sociedade francesa, os agricultores da vila Lot-et-Garone, região Sudoeste da França, na simplicidade de seu dia a dia, e em meio às enormes privações vividas, viram a necessidade de colocarem sob seu poder a direção da educação de seus filhos. Os pais queriam um ensino que respondesse ao cotidiano rural e trouxesse desenvolvimento pessoal e no meio em que viviam (SILVA, 2000; NOSELLA, 1977).

“Peyrat, pai de família, inquieto pela formação do filho” em conversa com “o pároco, e uma reunião de três pais de família de futuros alunos”, como Garcia-Marirrodriga (2010, p. 27), perceberam que a educação até podia não ser a solução para o turbilhão que enfrentavam, contudo viam nela à possibilidade de equacionamento de partes deles. Surge assim, a Pedagogia da Alternância.

As “Maisons Familiaes Rurales” (MFRs) nasceram da sensibilidade do Padre Abbé Granerau, que se viu com o desafio de responder ao clamor dos pobres filhos de agricultores de sua paróquia, os quais sentiam a dificuldade de dar continuidade aos estudos, devido não haver escola em sua localidade para prosseguir sua formação, à distância e, principalmente, ao problema dos ensinamentos nas escolas seja no campo, seja na cidade de valorizar

somente o universo urbano e desqualificar o campo e sua cultura. É notório aqui que a origem da Pedagogia da Alternância está fortemente relacionada à igreja, contudo faz-se necessário verificar se isto se caracteriza até o presente (SILVA, 2000; ESTEVAM, 2003).

O padre Granerau no começo da proposta pedagógica era o único educador que ministrava todas as disciplinas, os jovens passavam por um tipo de formação que possibilitasse uma aprendizagem, teórico-prática e uma formação geral e técnica.

A procura pela escola por parte de outros jovens foi crescente ano após ano, obtendo o projeto êxito junto aos agricultores, culminando oficialmente na primeira Casa Familiar em 1937, como destaca Wolochen (2008).

Em 1935 eles eram apenas quatro jovens adolescentes. No ano seguinte 17 jovens se inscreveram para esta escola. Após dois anos a fórmula chamou atenção nas redondezas e passaram a ser quarenta estudantes. Tornou-se necessário uma maior organização e os pais se uniram criando uma associação, obtendo financiamento, adquiriram uma nova casa. Eles deram o nome à casa de "A Casa Familiar de Lauzun", nome da pequena cidade francesa na qual ela foi implantada e contrataram um formador. Foi assim que nasceu a primeira Casa Familiar (WOLOCHEN, 2008, p. 29).

Sabe-se que frequentemente os projetos pedagógicos são colocados em atividade de maneira verticalizada, isto é, saem das gavetas dos gabinetes dos órgãos educacionais ou de outros gabinetes governamentais que nenhuma relação tem com a pasta da educação, para ser implantados nos meios populares, nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, acreditando que certamente poderá atender a demanda mais empobrecida e crescente da população.

Por vezes isso termina resultando em fracasso, não agradando aos submetidos à pobreza e desestimulando aqueles que se vêem obrigados a aderirem ao projeto porque, caso contrário, ficará sem completar os estudos por não haver outra opção.

A PA veio do seio do povo campesino para o povo do campo. No que diz respeito a essa ação popular, Paulo Freire (2011) fala que somente quando os indivíduos se percebem como oprimidos e se engajam na luta organizada por sua libertação é que começam a crer em si mesmos, superando o regime opressor. Essa descoberta não se dá somente a nível intelectual, mas na ação associada à reflexão para que se tornem práxis. Ressalta-se que “Tratava-se para eles, de criar ‘uma escola da terra pelas pessoas da terra e para as pessoas da terra’ segundo esta expressão encontrada no Québec” (GIMONET, 2010, p. 22).

Esse projeto pedagógico foi bem sucedido obrigando seus protagonistas, por causa da burocracia, a formar em “1942, a União das Maisons Familiaes Rurales (UMFRs), para

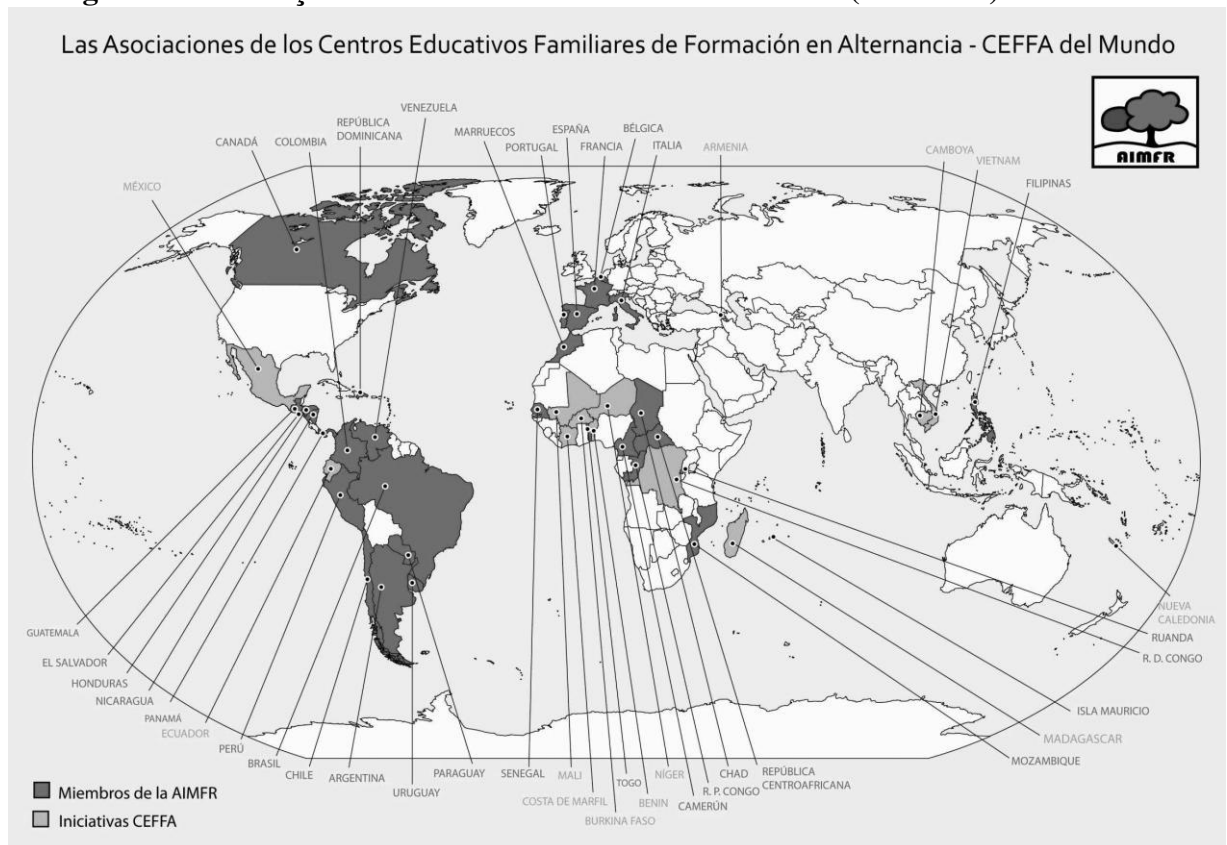
dar direcionamento ao que se denominou Pedagogia da Alternância. Ressalta-se que, embora em plena Segunda Guerra Mundial”, a quantidade das Maisons Familiares Rurales (MFRs) ampliou-se, necessitando de financiamento, contratação de monitores, sistematização dos instrumentos pedagógicos e trabalho na formação dos envolvidos (SILVA, 2000).

Nos anos seguintes, esse jeito de ensinar foi divulgado amplamente, mas só após a Segunda Guerra Mundial as escolas em alternância se desenvolveram. Contribuíram significativamente com o desenvolvimento e transformação da agricultura francesa nas décadas de 50 e 60. Estas, escolas diferenciadas desenvolviam não só formação, mas também ações de difusão de técnicas agrícolas. Desta forma, houve união entre ensino e formação, tornando um movimento, uma dinâmica conjunta e levando desenvolvimento sustentável para o campo.

A partir dos anos 60 e 70, este modelo pedagógico ultrapassou as fronteiras se estabelecendo com sucesso na Itália, Espanha, Portugal, e depois foi para o continente africano, em seguida para a América do Sul e Caribe, depois para o Oceano Índico, na Polinésia - Ásia e por último foi para a América do Norte em Quebec no Canadá. São hoje, aproximadamente, mil escolas no mundo, contribuindo com a formação de jovens e adultos do meio rural, segundo União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil (UNEFAB, 2015).

Atualmente, o movimento iniciado na França, já chegou a mais de quarenta países, e está presente em cinco dos seis continentes do globo terrestre como especifica a figura 2 abaixo.

Figura 2: Associação dos Centros Educativos Familiares - (CEFFA's) no mundo.



Fonte: Associação Internacional das Maisons Familiares Rurales (AIMFR), 2010.

Cabe mencionar que, em relação à experiência das MFR na Itália, Pessotti (1978, p 83) destaca que a partir da década de 1960 a experiência francesa é construída na Itália, com a denominação de “Escuela Famiglia e sob a orientação de políticos, bem como o apoio da igreja católica. Nessa experiência os agricultores assumiram 20% dos custos e os outros 80% coube ao Estado”, esse por sua vez, criou mecanismos que dificultavam a participação e o envolvimento das famílias, as tratando como meros expectadores. A consequência dessa forma de dirigir uma Escola Família Agrícola - EFA foi catastrófica e em 2001 havia apenas 06 escolas e hoje, praticamente já não existem.

2.2. ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA NO BRASIL

No Brasil, o projeto das EFAs começou a ser constituído partir de 1968, sob liderança do Padre jesuíta Humberto Pietogrande, que se solidarizou com a população empobrecida do estado do Espírito Santo, Estado situado na Região Sudeste do país, e notou a necessidade da implantação da Pedagogia da Alternância no Espírito Santo, local de sua missão pastoral onde havia chegado em 1965, em virtude do enorme êxodo rural, aumento

crescente do desemprego e criminalidade nos centros urbanos, além da mão de obra não qualificada da maioria dos migrantes alemães e italianos desta região (PESSOTI, 1978).

Funda-se assim sob coordenação de Pároco Pietogrande, o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) em 1968, instituição civil e que se tornaria a mantenedora da EFA e com o apoio financeiro de outras entidades, dentre elas a Associação dos Amigos do Estado do Espírito Santo (AES), Organização Não Governamental (ONG) criada na Itália para ajudar na implantação e manutenção da PA no Brasil (NOSELLA, 1977).

Inspirado no modelo italiano, cria-se a que se passa a denominar-se de Escola Família Agrícola. Assim a cidade de Anchieta (povoado Olivânea) no Espírito Santo tornou-se o lugar privilegiado de origem das primeiras experiências sólidas da Pedagogia da Alternância no Brasil no ano de 1969 (RODRIGUES, 2008).

A iniciativa exitosa logo se espalhou por áreas onde o transporte escolar é de difícil acesso e a maioria dos pais baseados na agricultura familiar trabalha no campo e tem como mão de obra a família, obrigavam-se a abrir mão desse braço tão necessário sob pena de seu filho ficar sem estudar. Como destaca Garcia-Marirrodrique ao relatar um diálogo entre um pai e um padre:

Quantos agricultores autênticos – prosseguiu Jean Peyrat – você têm visto sair da Escola de Agricultura? Além disso, é muito cara. Sempre acontece igual conosco: ou instruir-se, abandonar a terra e seguir desenganados, ou não abandonar a terra e continuar ignorantes por toda ávida (2010, p. 24).

A Pedagogia da Alternância (PA) no Brasil no decorrer de sua trajetória tem passado por várias etapas e em todas elas foi possível se perceber avanço. Pode-se aqui destacar três. Na primeira fase, segundo Almeida (2005).

No final dos anos 60 e início dos anos 70, a alternância é definida como informal e destina-se a formar agricultores técnicos. As escolas são informais, com cursos livres, sem nenhuma preocupação legal de órgãos competentes. No início houve uma tentativa de separar as escolas por gênero, criando escolas para moças e rapazes. Ideia que logo foi descartada (ALMEIDA, 2005, p. 50).

Na segunda etapa dessa trajetória, a PA torna-se formal, em outras palavras, a educação ofertada pelas EFAs, passa a ser educação formal na modalidade supletiva (modalidade de ensino definida na Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional (LDBN) nº 9394/96 como educação de jovens e adultos (EJA)).

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL, 2011, p. 25).

Nessa etapa os cursos eram divididos em dois ciclos, o primeiro em 5ª e 6ª séries e o segundo em 7ª e 8ª series (atualmente integrado no Ensino Básico). Os cursos tinham duração de três anos, no final o discente recebia um diploma de conclusão do Primeiro Grau (na presente data (Ensino Fundamental) e pré-qualificação profissional em Agropecuária. “O público era, na maioria de adolescentes acima de quatorze anos de idade, filhos de agricultores familiares” (BEGNAMI, 2004, p. 7).

Já a terceira fase que se estabelece em meados dos anos 80 do século XX, a Educação por Alternância é inserida na educação regular. Essa etapa coincide com o processo de abertura e redemocratização da sociedade brasileira, a qual ainda se encontrava sob ditadura militar. Esse momento é também de reação das organizações camponesas que passam a reivindicar escolas de qualidade no campo e com identidade do campo (CALDART, 2004).

Na EFA, os educandos têm disciplinas regulares do currículo do Ensino Fundamental e do Médio, além de outras voltadas à agropecuária. Quando retornam para casa, devem desenvolver projetos e aplicar as técnicas que aprenderam em hortas, pomares e criações, mas também levar informações para os pais e a comunidade a respeito de uma diversidade de temas transversais como: saúde da família, sexualidade, meio ambiente, etc.

O sistema pedagógico da alternância no Brasil, contou com o apoio da Pastoral da Igreja Católica, sindicatos rurais e das lideranças comunitárias, organizações não governamentais. Após sua consolidação no Espírito Santo, a partir da década de 70, ocorreu rápida expansão para outros 17 estados brasileiros (QUEIROZ, 2004).

A expansão das Escolas Famílias Agrícolas – EFAs para as demais regiões do Brasil, fez surgir à necessidade de se criar uma entidade para garantia da unidade dos propósitos pedagógicos da formação por alternância, para articulação do conjunto das escolas para pressão e favorecimento destas em busca de soluções e consolidação de seus projetos políticos de se instituírem como alternativa viável aos camponeses. Por isso, foi constituída

a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB), criada por ocasião da primeira Assembleia Geral das EFAs no Brasil que se realizou em 1982 (UNEFAB, 2015).

De acordo com os dados levantados, os quais acredita-se estarem desatualizados - sendo isso devido a inópia de estudos sobre a PA no país, uma vez que, pesquisas nessa direção fortalecem os movimentos sociais contrários ao sistema vigente, pois tem dado respaldo a uma alternativa que vem respondendo aos anseios da população menos favorecida, contraposto ao modelo dominante.

Estima-se que todo o Brasil conta com cerca de 112 EFAs em funcionamento e outras 40 em implantação, beneficiando cerca de 10.779 alunos e 100.000 agricultores, e contando com 850 monitores trabalhando nestas EFAs, UNEFAB (2015), abaixo os dados da situação das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil:

Quadro 1: Situação das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil.

SITUAÇÃO DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS NO BRASIL	
Em atividade	112
Em implantação	40
Alunos beneficiados e Agricultores envolvidos	110.770
Monitores trabalhando	850
Comunidades Rurais envolvidas	2.818

Fonte: Os dados oficiais disponíveis no site da UNEFAB em http://unefab.org.br/home/num_efasbr.htm. Acessado 17/01/2015 às 18h43min.

Organização: Autor, 2015

Essas escolas já formaram mais de cinquenta mil (50.000) jovens dos quais mais de 65% permanecem no meio rural, desenvolvendo seu próprio empreendimento junto às suas famílias ou exercendo vários tipos de profissões e lideranças em suas comunidades.

Os dados oficiais disponíveis no site da UNEFAB que aparecem sobre os números de Escolas Famílias Agrícolas no Brasil encontram-se assim distribuídas por Região e Estados. É oportuno informar que supomos que esses números estejam desatualizados, veja no quadro abaixo:

Quadro 2: Números de Escolas Famílias Agrícolas no Brasil dividido por Região e Estados.

UNEFAB – NÚMEROS DE EFAs NO BRASIL	
REGIÃO NORTE	Nº DE EFAs POR ESTADO
AMAPÁ	04
AMAZONAS	01
PARÁ	02
RONDÔNIA	04
TOCANTIS	02
TOTAL	13 EFAs
REGIÃO NORDESTE	Nº DE EFAs POR ESTADO
BAHIA	33
CEARÁ	01
MARANHÃO	10
PIAUI	08
SERGIPE	01
TOTAL	53 EFAs
REGIÃO CENTRO-OESTE	Nº DE EFAs POR ESTADO
GOIÁS	02
MATO GROSSO	01
MATO GROSSO DO SUL	01
TOTAL	04 EFAs
REGIÃO SUDESTE	Nº DE EFAs POR ESTADO
MINAS GERAIS	14
ESPÍRITO SANTO	20 EFAs
ESPÍRITO SANTO	03 ECORs
RIO DE JANEIRO	04
SÃO PAULO	01
TOTAL	41 EFAs

Fonte: Os dados oficiais disponíveis no site da UNEFAB em http://unefab.org.br/home/num_efasbr.htm. Acessado 17/01/2015 às 18h43min.

No presente momento, a Pedagogia da Alternância no Brasil está organizada em três redes, recebendo denominações diferentes em cada região: a 1º é Escola Família Agrícola (EFA) e Escola Comunitária Rural (ECOR) que se articula através da União das Escolas Famílias Agrícola do Brasil – UNEFAB; 2º é a Casa Familiar Rural (CFR) que se organiza por meio da Associação Regional das Casas Familiares Rurais NO/NE (ARCAFAR-NORTE/NORDESTE) e a 3º sendo a Casa Familiar Rural (CFR) que se organiza por meio da Associação Regional das Casas Familiares Rurais/SUL (ARCAFAR-SUL). Estas três redes (UNEFAB, ARCAFAR-NO/NE e ARCAFAR-SUL).

Juntas formam o Centro de Formação Familiar por Alternâncias – CEFFAs no Brasil, que por sua vez, juntou-se a organizações de outros países para formar a Associação Internacional dos Movimentos Familiares para Formação Rural (AIMFR) (Queiroz, 2004).

Os CEFFAs são uma organização formada em rede e estão organizados juridicamente, onde a instituição escolar detém seu próprio Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), dirigida por uma coletividade de associações de pais.

Um agrupamento de CEFFAs constitui uma Associação Regional com a finalidade de dar impulso à representação política necessária em cada um dos Estados, fazer avançar o acompanhamento pedagógico, buscando impedir o distanciamento dos instrumentos pedagógicos, atentando para a formação profissional do educando e inquirindo as parcerias que serão os financiadores dos projetos em andamento, assim como novos empreendimentos dos CEFFAs que vierem a surgir (SILVA, 2012; QUEIROZ, 2004).

Como se vê, a Regional abarca uma organização Estadual, o que não exclui a possibilidade de haver mais de uma associação Estadual em mesmo Estado ou ainda uma única associação regional compreender mais de um Estado. Noutros termos,

A União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil – **UNEFAB**, associa 13 Associações Regionais que juntas agregam 148 EFAs em 16 Estados. De outro lado, a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul - **ARCAFAR-Sul**, associa 73 CFRs nos três Estados do Sul do Brasil. A Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Nordeste/Norte – **ARCAFAR-NE/NO**, representa 47 CFRs em três Estados do Nordeste-Norte, quais sejam: Amazonas, Maranhão e Pará.

As articulações políticas e pedagógicas em nível nacional acontecem com a participação das EFAs e das CFRs na **Rede dos CEFFAs do Brasil**. O intercâmbio entre as redes dos diferentes países e continentes acontece através da Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural – **AIMFR** (BEGNAMI, 2011, p.6).

2.3. OS PILARES DE SUSTENTAÇÃO DOS CEFFAS

Segundo Gimonet (2007) há dois pilares da ordem das finalidades, o primeiro trata-se da formação integral do educando, essa formação tem a potencialidade de possibilitar ao filho do camponês uma ação e reflexão sobre o mundo profissional. Aqueles profissionais que se adaptam rapidamente as mudanças e que tem uma reação que acrescenta aos demais membros da equipe, sendo capaz de apresentar propostas criativas nos momentos de crises além de demonstrar ter um espírito de liderança.

No segundo pilar, das finalidades, diz respeito ao desenvolvimento do meio, nesse o profissional tem por missão fazer com que as novas tecnologias cheguem às comunidades que não só fazem parte da sua vida, mas que principalmente foram preponderantes para formação de sua personalidade, do apego a terra e as suas raízes com o campo (GIMONET, 2007, p. 15).

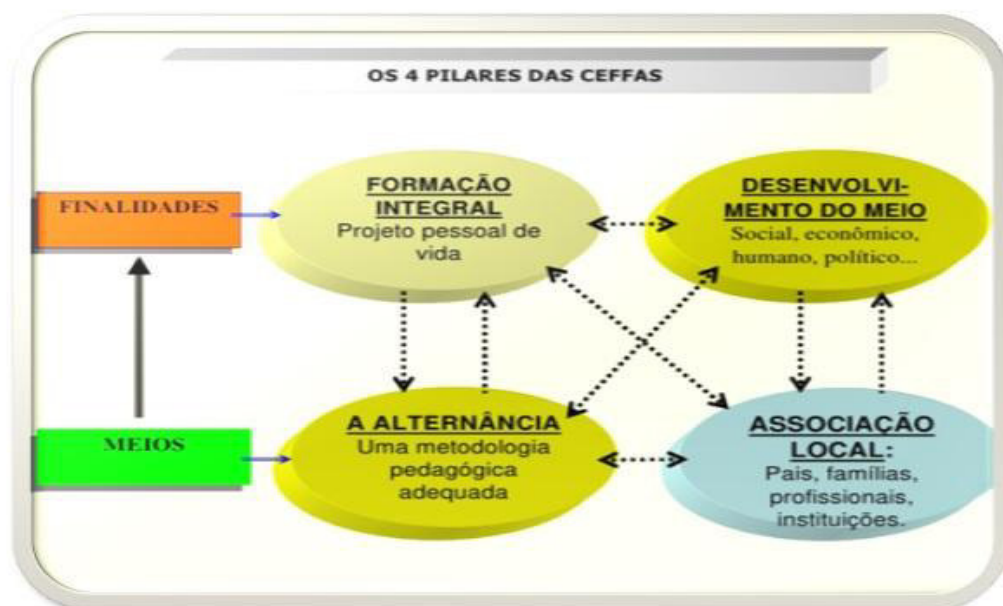
Ainda de acordo com Gimonet, (2007) existe também os dois pilares da ordem dos meios, a alternância e associação, a alternância é o método pedagógico protagonizado pelos povos do campo que intercala períodos de estadia, para os discentes em formação, ora na comunidade, ora no centro escolar, sendo que a estadia em comunidade deve ser igual ou superior a que se pratica na escola, segundo o autor.

Já associação é o pilar necessário para fundação e a manutenção do centro de formação em alternância, pois sua existência está vinculada a organização social e participativa das comunidades, assim como é a própria associação responsável pela gestão e desenvolvimento local da comunidade e da escola (ESTEVAN, 2003; GIMONET, 2007).

As associações dos CEFFAs consistem em organizações democráticas e participativas dos pais e outros atores comunitários que buscam possibilitar formação integral para os filhos e o desenvolvimento sustentável local.

A figura 3 abaixo demonstra como se é pensada essa formação integral, onde todos os elementos envolvidos estão em constante relação.

Figura 3: Os quatro Pilares dos CEFFAs.



Fonte: Adaptado de GIMONET, (2007, p.15).

O profissional que passou pela formação integral, apresenta a sensibilidade necessária e desejada para encaminhar o desenvolvimento local e sustentável no meio em que vive, pois apreendeu que tudo o que está ao seu redor faz parte do que ele é, e que fazendo parte da natureza e, estando integrado com outros seres e coisas formando o sistema complexo do todo que está em interação com outros atores (MORIN, 2003).

Assim as atividades desenvolvidas dentro da comunidade serão trabalhadas com um olhar multidimensional evitando ou minimizando os prejuízos sociais, econômicos, ambientais ou de outra natureza na localidade. É através dessa formação que se opera no tempo e no espaço que se permite compreender melhor onde se está e quem se é (MORIN, 2003).

“A Pedagogia da Alternância dos CEFFAs representa um caminhar permanente entre a vida e a escola. Sai da experiência no encontro dos saberes mais teóricos para voltar novamente à experiência, e assim sucessivamente” (GIMONET, 2007, p. 29).

2.4. OS INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS DOS CEFFAs

A Pedagogia da alternância elaborou-se não através de teorias, mas, antes, pela a invenção e implementação de um instrumental pedagógico que, traduza, nos seus atos, o sentido e os procedimentos da formação. Em outras palavras, neste processo criativo, prevaleceu a ação, a experiência, o sucesso no sentido de J. Piaget, isto é, um pensamento em ação (GIMONET, 2007, p. 23).

Os instrumentos pedagógicos da PA ressaltados por Gimonet (2007) foram criados no decorrer do processo educativo do movimento e aqui serão apresentados com embasamento teórico do autor citado acima, os quais são: o Plano de Formação; o Plano de Estudos; o Caderno de vida ou de Realidade; a Colocação em Comum; as Aulas; os Cadernos Didáticos; os Exercícios; a Visita de Estudo ou a Intervenção; Estágio e a Avaliação (GIMONET, 2007)

O Plano de Formação é o instrumento da Pedagogia da Alternância que se assemelha ao plano de curso de um dado ano letivo da escola convencional, contempla os objetivos, as finalidades, os conhecimentos técnicos, as linguagens, códigos e suas tecnologias (Língua Portuguesa, Língua estrangeira, Ciências Humanas e Naturais). As atividades diversificadas como uma visita técnica, etc. (GIMONET, 2007).

O Plano de Estudo é o instrumento pedagógico da Alternância que possibilita um intercâmbio da vida familiar com vida escolar, propiciando ao discente constante ação

reflexiva. O plano é produzido a partir de um Tema Gerador, antecipadamente escolhido, sendo, pois de acordo com Freire (1987, p. 97): “[...] qualquer que seja a natureza de sua compreensão como a opção por ele provocada, contém em si a propriedade de desdobrar-se em outros temas que, por sua vez provocam novas tarefas que devem ser cumpridas”.

O Plano de Estudo caracteriza-se pela responsabilidade colocada sobre o discente de realizar uma pesquisa em sua comunidade sobre um tema gerador a ser trabalhado na sessão seguinte, tendo sido esse elaborado pelo coletivo de atores da PA.

O plano de estudo pretende, nesse sentido, ajudar o alternante a captar e entender melhor o ambiente onde cresceu, onde vive: suas dimensões, suas riquezas, seus limites... o que há de extraordinário sob a banalidade aparente do cotidiano (GIMONET, 2007, p. 38).

O Caderno de Vida ou da Realidade pretende ser o instrumento, que segundo Gimonet (2007), poderá constituir a obra-prima do alternante, registrando sentimentos, momentos, vivências, produções, experiências e aprendizados dos alternantes. É onde também se registra as atividades do Plano de Estudo durante toda a vida do discente nos CEFFAs. É o livro da vida do alternante e nele estão registradas as atividades específicas da escola e também da comunidade, estabelecendo entre elas uma ligação,

O Caderno da Realidade e atividades inerentes constitui a peça mestra da Pedagogia da Alternância dos CEFFAs, porque permite efetivamente de considerar e utilizar o espaço-tempo da vida socioprofissional como componente real de formação (GIMONET, 2007, p.40).

Colocação em comum é o momento onde as pesquisas realizadas, juntamente com o texto registrado por cada alternante é comunicada para os demais atores da PA na seção de retorno, tendo como mediador o monitor que deverá motivar todos os atores a participarem ativamente daquela ocasião de discussão, de ouvir os demais colegas com atenção, de refletir sobre os resultados, chegarem a um consenso, introduzir novos conceitos e ampliar os conhecimentos aprendendo uns com os outros,

possibilitando a partilha dos ganhos adquiridos, das descobertas e das interrogações no seio do grupo, toda a colocação em comum torna cada alternante um ‘docente’ em relação aos seus pares. Cada um oferece aos outros matérias para aprender. Ela lhe confere um poder através dos saberes que só ele possui (GIMONET, 2007, p. 45).

As aulas, de acordo com Gimonet (2007, p. 51), são o tempo chegado dos esclarecimentos e dos aprofundamentos dos ensinamentos anteriormente adquiridos e acumulados nas vivências dos alternantes. É o momento de “agrupar e ordenar aquilo que já se conhecem”, desenvolvendo o raciocínio e partindo do empírico cada vez mais para o abstrato: “descobrir noções novas, compreendê-las e assimilá-las, integrando-as aos seus conhecimentos anteriores, ao que fazem e vivem e, conseqüentemente, aprendem”.

Os Cadernos Didáticos ou Fichas¹¹ Pedagógicas que até a presente data são produzidos em uma quantidade considerável, tem por objetivo, “garantir a relação” entre as concepções teóricas e as experiências da vida prática do alternante; privilegiar a formação associada entre os conteúdos técnicos e gerais (Português, Matemática, Ciências, etc.) e “ser um instrumento de trabalho para que os jovens sejam atores de sua formação e ‘aprendam a aprender”” segundo Gimonet (2007, p. 52).

Os Exercícios são instrumentos que devem estimular os alternantes a relembrar os saberes anteriormente trabalhados pelos monitores e o método de repetição aqui não é ignorado se caso o objetivo for a fixação do conhecimento. O autor destaca que as noções abordadas devem ser retomadas,

as sequências normais e impostas de qualquer aula para permitir a aprendizagem das noções abordadas. Estas precisam ser retomadas, trabalhadas, esmiuçadas, conectadas com conhecimentos existentes e com outros saberes para integrar-se a pessoa (GIMONET, 2007, p. 54).

A Visita de Estudo ou a Intervenção é aquela que se faz com os alternantes para o conhecimento de paisagens, lugares, ambientes naturais, bibliotecas, museus, monumentos, etc. Essa atividade deverá estar intimamente articulada com a aula, com a colocação em comum já realizada ou que se pretende realizar de modo contextualizado, pois proporcionará aos alternantes encontros e interações diversas, oportunidades de criação do novo e recriação do que já foi (estímulo a criatividade), descobertas e realizações (GIMONET, 2007, p. 47).

O monitor precisa ter atenção aos três tempos da visita de estudos. Para Gimonet (2007, p. 47), “O antes se refere à preparação. Preparação para o ‘visitado’ ou ‘interveniente’ para situar o contexto e as circunstâncias da atividade.”

O durante diz respeito ao acompanhamento dos alternantes em quanto acontece a visita de estudo, as atitudes que devem prevalecer são: o “interesse, escuta, atenção

¹¹ A EFA Codó não faz uso desse instrumento pedagógico e nós não tivemos acesso a nenhum exemplar, deixando um tanto vaga o esboço da noção do instrumento, assim como sua utilização prática.

respeito, mas também o questionamento e o levantamento das informações essenciais que foram captadas” (GIMONET, 2007, p. 48).

Já o depois trata do momento em que a atividade de visita de estudo foi realizada, segundo Gimonet (2007), é o momento em que deve se explorar as competências dos alternantes, no que diz respeito à produção de documentos escritos, esses podem ser em forma de relatos, relatórios, ficha técnicas, artigos, etc. ou formas visuais como painéis, ou audiovisuais.

O Estágio¹² é a atividade técnica executada pelos alternantes em instituições sociais e em propriedades camponesas familiares em colaboração com a formação dos discentes, este instrumento pedagógico não foi conceituado pelo autor em questão, entretanto, a obra em análise faz referência ao estágio (GIMONET, 2007, p. 60).

O último instrumento destacado pelo autor é a Avaliação, que não pode se limitar a contabilizar ou apreciar somente as matérias acadêmicas, mas deve se colocar também “nos espaços da prática profissional para medir, junto aos mestres de estágios ou os tutores, o ganho adquirido no campo do saber-fazer e das competências. (GIMONET, 2007, p. 61).

É importante ressaltar que alguns instrumentos pedagógicos da Pedagogia da Alternância divergem de autor para autor, por essa razão pode-se notar a falta de um ou mais instrumentos não mencionados no texto. O autor em destaque faz referências a esses que foram apresentados.

2.5. A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO ESTADO DO MARANHÃO

O Estado do Maranhão, de acordo com o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui uma área de 333.365,60 Km², sendo uma área de transição entre o Norte e o Nordeste, possuindo características muito peculiares das duas regiões do país, sua localização geográfica com aspectos específicos, o faz pertencer à região Nordeste, mas também a Norte do Brasil, formando inclusive juntamente com o estado do Piauí o Meio Norte do Brasil.

¹² O estágio da EFA Codó é realizado com todos os discentes do 9º ano, os quais anteriormente recebem as orientações necessárias dos monitores, juntamente com os documentos de encaminhamento, roteiro de estágio, carta de agradecimento e os materiais para realização de estudos na comunidade e propriedade de acolhimento. O dado estágio tem duração de uma semana e pode ser feito em propriedades agrícolas familiares, instituições ou residências de outros pais de discentes da EFA que desenvolvam alguma atividade agropecuária.

O estado destaca-se pelas questões fundiárias e uma intensa disputa por terras, levando a um grande índice de violência no campo registrada e denunciada por pesquisadores e lideranças de movimentos sociais como destaca Silva (2003).

Em 1985, de acordo com dados do Plano Regional de Reforma Agrária, registraram-se mais de cem conflitos de terras que envolviam mais de 15.000 lavradores, numa área estimada em mais de dois milhões de hectares [...]. Ressalta-se que, nos anos anteriores, conforme citado no segundo capítulo, o número de conflitos já era elevado e, entre os anos de 1981 e 1982, envolviam mais de 11 mil trabalhadores (ALMEIDA, 1995, 1982, SILVA, 2013p. 100).

No último censo demográfico realizado em 2010, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Maranhão apresentou um total de 6.569.683 habitantes. Sendo que desse efetivo 4.143.728, vivem na zona urbana e 2.425.999 na rural, o que representa em porcentagem 37% da população maranhense vivendo no campo. Veja na Tabela 1.

Tabela 1: Populações que vivem no campo e na cidade nos estados do Norte e Nordeste do Brasil.

DADOS DEMOGRÁFICOS BRASILEIRO DOS ESTADOS DO NORTE/NORDESTE DO BRASIL NO CENSO DE 2010			
ESTADO	POPULAÇÃO URBANA Nº HAB.	POPULAÇÃO RURAL Nº HAB.	% DA POPULAÇÃO RURAL
REGIÃO NORTE			
ACRE – AC	733.559	201.280	27,44
AMAZONAS – AM	3.483.985	728.495	20,91
AMAPÁ – AP	669.526	68.490	10,23
RODÔNIA – RO	1.562.409	413.229	26,45
TOCANTIS – TO	1.383.445	293.339	21,20
PARÁ – PA	7.581.051	2.389.492	31,18
REGIÃO NORDESTE			
ALAGOAS – AL	3.120.494	822.634	26,36
BAHIA – BA	14.016.906	3.914.430	27,93
CEARÁ – CE	8.452.381	2.105.824	24,91
MARANHÃO – MA	6.574.789	2.427.640	36,92
PARAÍBA – PB	3.766.528	927.850	24,63

Tabela 1: Populações que vivem no campo e na cidade nos estados do Norte e Nordeste do Brasil.

PERNABUCO – PE	8.796.448	1.744.238	19,83
PIAUI – PI	3.118.360	1.067.401	34,23
RIO GRANDE DO NORTE- RN	3.168.027	703.036	22,19
SERGIPE – SE	2.068.017	547.651	26,48

Fonte: IBGE (2010).

Organização: Autor, 2015

De acordo com esses dados pode-se concluir que o estado do Maranhão, em números relativos, possui maior efetivo da população vivendo ainda no campo dentre os estados da Federação das Regiões Norte e Nordeste e, em relação ao país ocupa a 1º posição no ranking nacional. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado também é um dos mais baixos do Brasil. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Estado do Maranhão ocupa a 26ª posição dentre os estados brasileiros com IDH de 0,683, só sendo superior a Alagoas, cujo índice é de 0,677 (PNUD, 2011).

É possível que a desassistência da população e, sobretudo dos camponeses maranhenses, seja cuidadosamente calculada, logo essa população que hoje se encontra na zona rural, caso esteja interferindo nos “grandes projetos de desenvolvimento” do Estado, diga-se de passagem, que não incluem a totalidade dos 37% nesse desenvolvimento, representem uma pedra no sapato de latifundiários, que em boa medida fazem parte do grupo de políticos dirigentes do Estado e promotores da violência no campo¹³ como evidencia Silva (2003).

[...] essa violência contra os camponeses é inerente à grilagem, que se torna e é instrumento de poder que, naquela década, teria sido *acobertada, incentivada, encampada* e finalmente *planejada* pelo governo (ASSELIN, 1982), cujas ações apoiavam-se em leis e decretos executados com o auxílio do aparato policial estatal, sem dispensar, em inúmeros casos, o apoio de jagunços e pistoleiros (ASSELIN, 1982 apud SILVA, 2013 p. 62– itálicos do autor).

O camponês diante do abandono e pressão, com o tempo, pode acabar cedendo e saindo de sua propriedade à procura de melhorias nas grandes cidades, a esse respeito, Silva

¹³ Dados colhido por ocasião de depoimentos de alguns camponeses participantes do **Seminário Regional de Capacitação de Lideranças Quilombolas** ocorrido nos dias 26 e 27 de abril de 2012 na cidade de Codó, MA promovido pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH e a Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial – SEPIR, momento pelo qual fora citado por alguns dos camponeses que fizeram uso da fala o nome do Deputado Estadual Cesar Pires como sendo um dos latifundiários que buscam retirar os camponeses da terra em que nasceram, cresceram e teceram raízes, utilizando para isso parte do aparelho do Estado.

(2013, p. 100) destaca que, no intervalo de “1975 e 1980, mais de 44.815 camponeses deixaram de ser ocupantes nesse estado (posseiros, conforme o IBGE)”.

No que se refere à educação do estado do Maranhão no relatório de estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do IBGE, divulgados ainda em 2009, já apontavam que no estado o percentual de analfabetos de faixa etária de 15 ou mais anos era de 19%, na Região Nordeste de 18,7%, enquanto a média nacional ficava aproximadamente em 9,7%. Significando dizer que a porcentagem de analfabetos no estado do Maranhão supera e muito à média nacional, sendo um pouco maior que a da Região Nordeste (IPEA, 2009; IBGE, 2009).

Segundo o levantamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2011, p. 18) em parceria com o estado do Maranhão, a média de ano de estudos da população maranhense de 15 anos ou mais é 5,6 anos. O Maranhão também fica atrás da média do Brasil, essa ficando em 7,2 anos de estudos. A situação do Maranhão piora no momento que foca-se os indicadores educacionais da população do campo.

O então relatório declara que no estado vive-se uma verdadeira crise, no que se refere à oferta de vagas para os discentes dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O Estado tem alcançado em porcentagem 15% da população para o Ensino Médio e 20% para os anos finais do Ensino Fundamental, ou seja, mais da metade da população está sem estudar por falta de ofertas de vagas (PNUD, 2011, p. 19).

Vale ressaltar que não dispusemos de dados mais recentes sobre a situação aqui evidenciada, o que pode não refletir a realidade atual, tendo em vista as medidas tomadas pelo governo Federal para ampliar o acesso à educação de todos os brasileiros.

Apesar disso, os dados dessa segunda década do séc. XXI evidenciam o descumprimento por parte das autoridades constituídas a um direito constitucional para a classe trabalhadora do Estado do Maranhão, conquistado com muita luta pela sociedade civil organizada e pelos movimentos sociais. Assim não é inoportuno lembrar que a Carta Magna da Nação na parte que trata da educação em seu capítulo III, seção I e artigo 205, diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 60).

Todas essas questões presentes no Estado do Maranhão fizeram essa população sofrida, trabalhadora, forte e campesina mobilizar-se com o apoio das paróquias que assistenciaram as comunidades do campo.

Os párocos que vinham de outras realidades também se defrontaram no Maranhão com o sofrimento dos povos do campo, o que fez com que segmentos dentro da própria igreja fizessem reflexões teológicas sobre a dominação e opressão em que estava imersa a América Latina, sorte esta que os camponeses maranhenses estavam vivendo. Ressalta-se que esses padres tinham também experiência no processo de organização social rumo à conquista de dignidade humana (QUEIROZ, 2004).

O começo da história da EFA no Maranhão se deu na década de 1980, com o apoio da Vice Província Franciscana da Assunção (Piauí e Maranhão), por ocasião dos diversos conflitos por terra e a expropriação do trabalhador campesino do seu meio de sustento e manutenção de sua família. Os padres da Vice Província contribuíram com a formação motivando e municiando um grupo de lideranças para fazerem uma visita as EFAs do estado do Espírito Santo, o que teve como consequência criação da EFA de Porção de Pedras (DALPRÁ, 2011).

De acordo com o trecho do Relatório das atividades da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção (PFNSA), publicado em 15 de agosto do ano de 2008, no site oficial da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção - PFNSA, outrora Vice Província Franciscana da Assunção (Piauí e Maranhão), fica evidente que dentre muitas de suas atribuições, permanece a de incentivar as comunidades e municiar as lideranças comunitárias com o fim de se conseguir melhoria da qualidade de vida dos excluídos (UAEFAMA, 2011).

No sitio eletrônico¹⁴ está escrito:

[...] Percebemos ainda durante todo trabalho realizado, que muitas mulheres, sobretudo rurais continuam sem acesso as informações importantes acerca de direitos básicos principalmente sobre leis como a Lei Maria da Penha que garante punição do opressor. Notou-se também que as lideranças estão acomodadas e esquecendo de participar da vida em comunidade organizada, igreja local. Muitas Associações não conseguiram acesso a projetos para construção de casas, eletrificação rural, poços artesianos, estradas entre outros por falta de informações. Daí a importância da parceria entre grupos e entidades que defendem a melhoria da qualidade de vida de todos os excluídos e vida em abundância, como os cursos que realizamos em parceria com a Coordenação Regional das CEBs que foram

¹⁴ PROVÍNCIA FRANCISCANA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO MA/PI. **Relatórios de atividades desenvolvidas.** Bacabal – MA, [20--?]. Disponível em <http://www.franciscanosmapi.org.br/?page=ler&id=416>. Acessado em 13 de fev. 2015.

decisivos para formação de 20 Jovens da Diocese de Bacabal, para o trabalho de base tão necessária aos Militantes e lideranças Comunitárias de modo geral (Disponível no site da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção em 13 de fev. 2015).

A implantação das escolas de alternância e, sobretudo da primeira EFA no Maranhão iniciou-se em 1984, com a fundação da EFA de Porção de Pedras. O surgimento destas partiu da iniciativa de diferentes comunidades que se inspiraram no modelo de Escola Família Agrícola desenvolvido pelo MEPES no Espírito Santo, na Associação das Comunidades Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA) e na Associação das EFAs de Rondônia (AEFARO), dentre outras (DALPRÁ, 2011).

A EFA de Porção de Pedras obteve êxito e aceitação junto às famílias camponesas da região e das cidades circo vizinhas do Estado fazendo com que esse projeto promissor fosse adotado por outras regiões do Maranhão, que agora contava com experiência interna. A implantação da Pedagogia da Alternância em outras regiões do estado, a partir desse marco histórico passa a ser orientada pelos próprios camponeses maranhenses (UAEFAMA, 2011).

No decorrer da década de 1990, o Estado já contava com oito EFAs nas cidades de: Porção de Pedra, Coroatá, Vitorino Freire, São Luis Gonzaga, Paulo Ramos, Capinzal, a da cidade de Lago do Junco e a EFA de Balsas (DALPRÁ, 2011, p.4).

A partir dessa década (1990) emerge a necessidade de se criar uma organização que reúna todas as EFAs existentes no Estado do Maranhão, de maneira institucional, objetivando o fortalecimento das finalidades desde a criação desse movimento: disponibilização de educação do campo e para o campo aos jovens camponeses e assim garantir uma formação integral, valorização das famílias e das comunidades rurais, unificar as bandeiras de lutas do e para o campo, agrupamento das ações das associações das EFAs existentes no Maranhão, dentre outras (UAEFAMA, 2011).

Segundo informação obtida da assessora pedagógica da UAEFAMA, Marleide Alves das Neves, com o apoio e assessoria da Animação Comunitária em Educação, Saúde e Agricultura (ACESA), Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) e experiência de mais de uma década com a PA, funda-se, pela associação de pais das EFAs do Maranhão, a União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas no Maranhão – UAEFAMA em junho de 1997 (UAEFAMA, 2011).

Inicialmente, a sede da UAEFAMA funcionou na cidade de Lago da Pedra em anexo ao escritório da ACESA, posteriormente, foi transferida no ano de 2000 para a cidade de São Luis Gonzaga do Maranhão a instituição funcionou no mesmo prédio do Sindicato dos

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) da cidade. A partir do ano de 2001, a sede da Associação mudou mais uma vez para cidade de Bacabal, primeiramente para um espaço cedido pela Vice Província Franciscana de Nossa Senhora da Assunção e, em meados de 2005, com apoio da Vice Província Franciscana, adquiriu sede própria, situada a Rua Projetada de número 19, casa 19b, bairro: Jardim Valeria, naquela cidade (DALPRÁ, 2011, p. 5).

É ali que acontece as reuniões gerais, as contratações de todos os funcionários das EFAs, os cursos de capacitações para os diretores, monitores e demais profissionais e funciona a organização administrativa da UAEFAMA.

Hoje o Estado do Maranhão conta com vinte e uma (21) EFAs onde vinte (20) estão em funcionamento e uma (1) encontra-se fechada (veja o Quadro 3). Em virtude do tempo e da limitação da pesquisa, ficou inviável a investigação das principais motivações que resultaram no fechamento de uma destas instituições.

Quadro 3: Cidade, nome e data de fundação das EFAs no Estado do Maranhão.

Nº DE EFAs	NOME DA EFA	MUNICIPIO	ANO DE FUNDAÇÃO
1ª	Escola Família Agrícola de Poção de Pedras	Poção de Pedra	1984 -
2ª	EFA de Coroatá	Coroatá (encontra-se Fechada na presente data)	1984
3ª	EFA Nossa Senhora de Fátima	Vitorino Freire	29.03.1989
4ª	EFA de São Luis Gonzaga	São Luis Gonzaga	18.03.1991
5ª	EFA Francisco das Chagas Vieira	Paulo Ramos	1994
6ª	EFA de Capinzal	Capinzal	Abril de 1995
7ª	EFA Antonio Fontilene	Lago do Junco	15.11.1995
8ª	EFA Rio Peixe	Balsas	11.10.1997
9ª	EFA Agostinho Romão da Silva	Lago da Pedra	02.09.2000
10ª	EFA Guajará	Turilândia	14.09.2001
11ª	EFA Renato Geunipero	Anajatuba	30.05.2001
12ª	EFA Nossa Senhora do Rosario	Morros	Fevereiro de 2002

Quadro 3: Cidade, nome e data de fundação das EFAs no Estado do Maranhão.

13 ^a	EFA Nossa Senhora Maria Rosa Mística	Sucupira do Norte	10.11.2003
14 ^a	EFA João Evangelista de Brito	Pio XII	15.11.2003
15 ^a	EFA Arlete Rodrigues dos Santos	Cantanhede	28.12.2003
16 ^a	EFA Raimundo Araujo da Silva	Bela Vista	15.03.2004
17 ^a	EFA Irmã Rita Lore Wicklein	Codó	25.04.2005
18 ^a	CEFFA Manoel Monteiro	Lago do Junco	Junho 2005
19 ^a	EFA de Santa Cecília	Turiação	03.03.2006
20 ^a	EFA de Grajau	Grajaú	2007
21 ^a	EFA de Humberto de Campos	Humberto de Campos	2009

Fonte: Assessoria Pedagógica da UAEFAMA (2011).

Organização: Autor, 2015

Segundo Dalprá (2011), a mencionada instituição atende diretamente a um efetivo de vinte e uma (21) EFAs filiadas (atualmente a EFA da cidade de Coroatá encontra-se desativada). Essas escolas recebem juntas, discentes de setenta e um (71) municípios, trezentas e setenta e duas (372) comunidades, atendendo uma demanda de mil seiscentos e oitenta e oito (1.688) alunos e, tendo aproximadamente mil quinhentos e vinte oito (1.528) egressos.

As EFAs têm em seu quadro funcional cerca de cento e cinquenta (150) monitores/as, trinta e três (33) professores/as externos e trabalhadores/as de serviços gerais. Além disso, oferta-se Ensino Fundamental e Ensino Médio profissionalizante em sessões quinzenais (DALPRÁ, 2011).

3. CONTEXTUALIZANDO A EFA NO MUNICÍPIO DE CODÓ

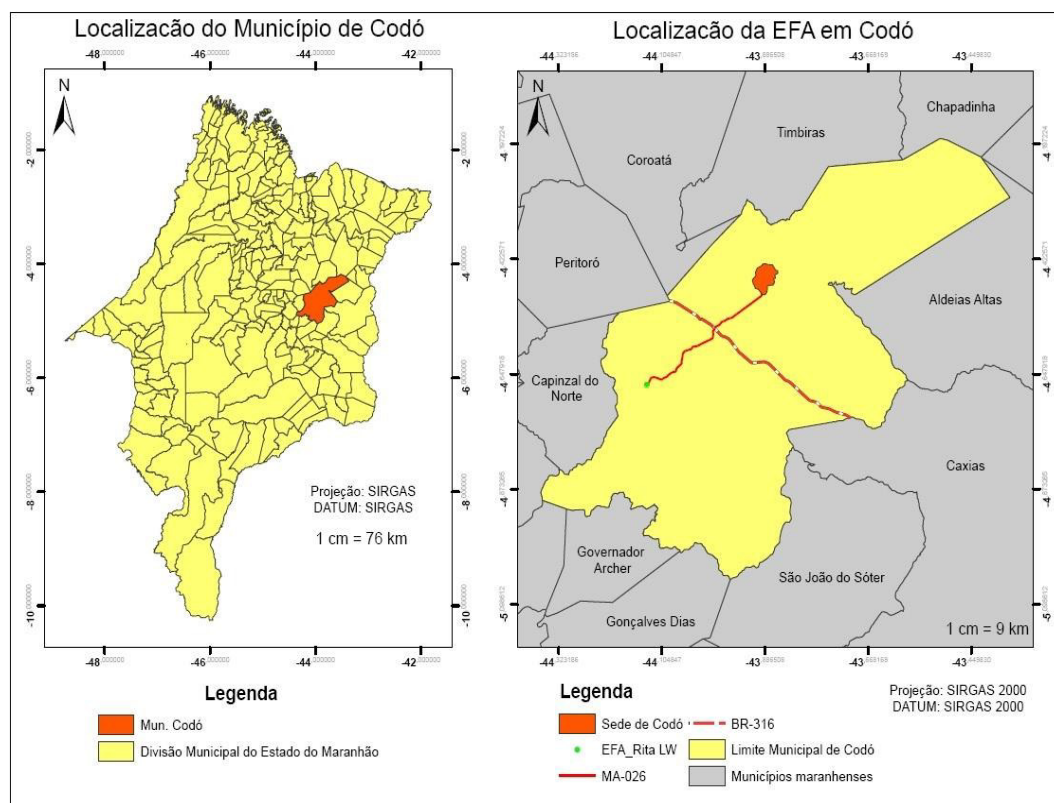
Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo e nem ensino

Paulo Freire

O município de Codó está localizado na mesorregião leste maranhense, na Micro região Codó (veja a figura 4), a uma distância de 290 km de São Luis - a capital do estado, tendo uma população urbana de 81.045 e Rural de 36. 993, totalizando 118.072 habitantes, disposta em uma área de 4361,341 km² (Censo 2010).

A estimativa do IBGE é que a população do município esteja totalizada em 120.265 habitantes em dados atualizados de 2015.

Figura 4: Localização do município de Codó - MA e da EFA Codó.



Fonte: Elaborado por Alex Lima¹⁵ a partir dos dados do IBGE 2014.

Elevada a categoria de cidade pelo decreto de lei nº 133 de 16 de Abril de 1896 pelo então vice-governador do Estado do Maranhão Alfredo da Cunha Martins. No decreto, há

¹⁵ Prof. Dr. Alex de Sousa Lima - Coord. do Grupo de Pesquisa e Ensino de Ciências Humanas - PEnCiH Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Ensino de Ciências Naturais - GPECN - Contato Institucional: (99) 3661-2340 e (98) 3272-9778 - <http://www.codo.ufma.br/>

apenas dois artigos, o primeiro diz respeito emancipação política da cidade e o segundo revogando as disposições em contrário (MACHADO¹⁶, 1999).

A cidade se desenvolveu as margens de uma das principais bacias hidrográficas do Maranhão, para ser mais preciso, a segunda maior genuinamente maranhense (veja a figura 5), de acordo com Feitosa (2002).

Figura 5 – Imagem aérea: parte do Rio Itapecuru na cidade de Codó/MA.



Fonte: Blog Correio Codoense (2015).

Codó registra um índice de desenvolvimento humano - IDH por volta de 0,558, que está abaixo da média nacional e mesmo da média estadual. Seu Índice de Desenvolvimento na Educação Básica (IDEB, 2013) para os anos finais do Ensino Fundamental foi de 3,0, abaixo da meta estabelecida para o município, estimado, o IDEB em 3,7. Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, o município também não atingiu a meta de 3,9 em 2013, ficando com índice de 3,6 de IDEB (INEP, 2015).

¹⁶ Professor e escritor João Batista Machado, o codoense escreveu – Codó: histórias do fundo do baú tendo sua primeira edição em 1999 e posteriormente veio a escrever o Imaginário Codoense. O professor João Machado, como é conhecido na cidade é historiador e pesquisador cujos trabalhos tem sido fontes de pesquisas relevantes para essa geração de universitários que buscam conhecer um pouco mais das raízes da cidade de Codó.

Quanto ao número de estabelecimentos de ensino da rede municipal, existem na Zona Urbana da cidade, de acordo com dados da Secretaria de Municipal de Educação (SEMED), sessenta e três escolas (63) como está destacado no Quadro 4.

Quadro 4: Escolas por modalidade de ensino

QUANTIDADE DE ESCOLAS NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE CODÓ POR MODALIDADE				
Educação Infantil	Educação Infantil e Anos Iniciais - Ensino Fundamental Menor (1º - 5º Ano)	Anos Iniciais - Ensino Fundamental Menor (1º - 5º Ano).	Anos Iniciais do Ensino Fundamental Menor (1º-5º) e Anos Finais do Ensino Fundamental maior (6º - 9º Ano).	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º - 9º Ano).
21	03	26	07	06
				Total Geral = 63

Fonte: SEMED, 2015.

Organização: Autor, 2015.

O número de instituições na zona rural está em torno de duzentos e cinquenta e sete por cento (257%) no que se refere à da zona urbana, em outras palavras, estão em funcionamento no município de Codó cento sessenta e duas (162) escolas mantidas pelo poder executivo municipal segundo a SEMED 2015.

O fato de que na zona rural há uma quantidade significativa de escolas, quando comparadas a da zona urbana, não significa necessariamente que esse ensino ofertado para as populações camponesas de Codó seja de qualidade igual ou superior que no perímetro urbano, muito menos, significa dizer que atendem toda a zona rural. Para responder essa indagação precisa-se de estudos mais aprofundados, que por conta do tempo e do recorte estudado, não foi possível realizar um levantamento sobre a situação observada.

De acordo com os dados fornecidos pela SEMED 2015, das cento e sessenta e duas (162) escolas da zona rural da cidade, sessenta e quatro (64) dessas são construídas de taipa¹⁷, três (03) dessas escolas são as capelas (construção de taipa) das comunidades que

¹⁷ Sistema de construção que usa barro molhado para fechar paredes que são feitas com madeira e talos de babaçu oriundos das Matas dos Cocais, vegetação abundante na Região e de baixo custo para o camponês. Este tipo de construção ainda é bastante característico da zona rural e em parte da periferia da cidade de Codó.

A taipa de mão

Também chamada de pau-a-pique, taipa de sopapo, taipa de sebe, barro armado, é uma técnica em que as paredes são armadas com madeira ou bambu e preenchidas com barro e fibra. A matéria-prima consiste em trama de madeira ou bambu, cipó ou outro material para amarrar a trama, solo local, água e fibra vegetal, como capim ou palha. O solo local e água são amassados com os pés e, depois de homogeneizados, são misturados à fibra e a massa é usada para preencher a trama. Normalmente usada para erguer parede estrutural ou de vedação. Disponível em: < <http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/2009/02/o-que-e-taipa-2/>> Acessado em 13/06/2015 às 11h26min.

foram cedidas para que os filhos dos agricultores, juntamente com os das demais comunidades circunvizinhas, pudessem estudar.

Uma unidade de nome Escola Municipal Cristo Rei (alvenaria) no povoado Vila São Miguel é uma casa alugada, outra no povoado Km 17, a 17 km da sede do município é de alvenaria, mas de particulares. Temos ainda uma escola de taipa que funciona em um galpão de nome Escola Municipal Deus é Grande localizada na comunidade Buriti Corrente, as demais instituições de ensino situadas na zona rural são edificadas de alvenaria (SEMED, 2015).

Os dados ora expostos sobre as unidades escolares que tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Codó – tanto na zona urbana quanto na zona rural, não refletem a realidade na ocasião em que a Escola Família Agrícola Irmã Rita Lore Wicklein foi fundada.

3.1. ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE CODÓ – EFA CODÓ

A Escola Família Agrícola Irmã Rita Lore Wicklein, conhecida como EFA Codó (veja a figura 6), tem um diferencial das demais existentes no município, adota a Pedagogia da Alternância (PA), a qual busca um ensino capaz de promover uma formação cujo formando tenha orgulho de suas raízes e queira permanecer no campo, assim como aplicar seus conhecimentos para desenvolver o meio onde vive (TEIXEIRA, 2008).

A Pedagogia da Alternância (PA) é uma alternativa para a Educação do/no campo, já que o ensino nesse contexto não contempla as especificidades e as necessidades da população campesina.

Segundo Martins¹⁸, alguns problemas educacionais encontrados nas escolas no meio rural dão origem à necessidade de uma proposta educacional específica para o campo. Alguns problemas que podem ser enumerados são: a) escola desvinculada da realidade local; b) falta de recursos para atividades básicas do campo; c) necessidade dos alunos permanecerem na propriedade com sua família para laborar, o que acarreta dificuldades para acompanhar o calendário tradicional das escolas; d) desvalorização da escola multisseriada e a carência de vagas nos Institutos Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (IFMAs).

¹⁸ MARTINS, L. dos S. **Casa Familiar Rural - CFR - Formação a serviço da vida com dignidade no campo.** (s/d). Texto disponível em: <http://www.itsbrasil.org.br/sites/itsbrasil.w20.com.br/files/Pedagogia_da_Alternancia.pdf> Acessado em 29 de mar. 2015.

A PA é compreendida, no presente momento, como uma proposta educativa que estabelece uma relação bem articulada com o tempo-escola e o tempo comunidade, permitindo aos camponeses uma formação de empoderamento dos saberes tradicionais, das experiências e cultura dos trabalhadores/as do campo. Nos termos de Caldart (2000, p. 55), a Pedagogia da Alternância “brota do desejo de não cortar raízes”.

No que concerne EFA de Monte Cristo, a escola tem capacidade para atender cerca de cem (100) agricultores (as) anualmente, formando em média 15 discentes/ano. Os anos de ensino na instituição vão do 6º ao 9º ano, tendo em média 18 discentes por sala¹⁹.

Figura 6: Ao fundo a EFA Codó e a frente a horta orgânica.



Fonte: Arquivo Pessoal

Nas documentações da Instituição, ela ainda se encontra como Anexo do Centro de Ensino Médio Estadual Renê Bayma, centro de ensino localizado na sede do município. Entretanto, a diretoria pedagógica da EFA informou que deu entrada, no ano passado, junto ao Conselho Estadual de educação (CEE) ao processo de seu reconhecimento.

¹⁹ Dados obtidos por ocasião das observações in loco e entrevista com o professor Pedro Auri.

3.2. A EFA E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA EM CODÓ

A partir desse ponto passamos a tecer a maneira como a Escola Família Agrícola Irmã Rita Lore Wicklein, conhecida como EFA Codó, foi constituída fazendo uso para isso das memórias coletivas de alguns sujeitos que participaram ou vivenciaram o processo.

Para o embasamento dessa parte, faremos uso de trechos transcritos das entrevistas concedidas durante a realização da pesquisa editadas, uma vez que Duarte afirma:

As entrevistas podem e devem ser editadas. Exceto quando se pretende fazer análise de discurso, frases excessivamente coloquiais, interjeições, repetições, falas incompletas, vícios de linguagem, cacoetes, erros gramaticais, etc. devem ser corrigidos na transcrição editada. É importante, porém, manter uma versão original e uma versão editada de todas as transcrições [...] (DUARTE, 2004, p. 221).

EFA Codó se constituiu a partir das aspirações de um jovem conhecido popularmente como Dute, Raimundo Pereira do Nascimento (PPP, s/d), tornou-se conhecedor da PA quando esteve estudando na Escola Família Agrícola de Coroatá/MA, tendo em vista que não havia uma instituição nos mesmos moldes em Codó (veja a Figura 7).

Figura 7: Raimundo Pereira do Nascimento – Dute.



Fonte: Arquivo pessoal

Sendo um jovem atuante em sua comunidade e bem articulado que partilhava, nas reuniões e nos encontros das comunidades, a metodologia aplicada por aquela instituição. A

experiência vivida por Dute provoca inquietações que são expostas por Pedro Auri²⁰ dessa forma:

Rapaz é uma história LONGA (o professor demora em dar prosseguimento ao diálogo, acredita-se que esse silêncio tenha sido para melhor elaborar sua resposta). Na década de noventa havia um jovem (durante a entrevista o nome desse jovem não foi citado pelo entrevistado) no povoado Rumo que conhecia a Escola Família do, de Coroatá, e ele trouxe essa ideia que espalhou-se por, por toda região [...] da comunidade paroquial de Santa Terezinha [...] um momento, quando a gente chegou, por exemplo: 96, 97 (o professor demonstra nesse momento que as memórias a respeito das datas estão falhas), havia um (as palavras do professor ficam inaudível), já mais alunos de Codó em Coroatá do que do próprio município de Coroatá. Daí surgiu à perspectiva de pensar a possibilidade de se ter uma Escola Família no Município de Codó (LOPES, 2015).

A Equipe de Jovens Missionários Cristãos (EJOMIC) da paróquia de Santa Terezinha, localizada na periferia da cidade de Codó, no bairro Santa Terezinha, atua em ações sociais nessa periferia, mas também em comunidades rurais de abrangência da paróquia. Juntamente com a “Região da Sentada: Bom Jesus, Mocarongo, Barro Branco, Bate Calado do Marcolino, Soledade, Santa Luz e Lagoa do Costa” fundaram em 1991 o Conselho Comunitário rural de Codó (CCR), onde mais tarde incorporaram em seus quadros as comunidades da Região de Santo Antonio dos Pretos às quais são: Livramento, Matões, Boa Esperança da Orcaisa e Centro do Expedito. (Relatório cedido pela equipe pedagógica da EFA, s/d)

O CCR desenvolveu trabalhos de cunho social nas comunidades que prestava assistência, segundo o relatório cedido pela equipe pedagógica, e em colaboração com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e a Comunidade dos Padres e das Irmãs Palotinas de Codó, almejando a articulação e organização das comunidades rurais em busca da inclusão dos excluídos.

[...], discutíamos em nossas reuniões e encontros os direitos do cidadão, entre eles a moradia, terra, trabalho, saúde e educação de qualidade. Representando a comunidade Santa Luzia do Povoado Rumo, veio compor o conselho, o jovem ex-aluno da Escola Família Agrícola de Coroatá – EFA, Raimundo Pereira do Nascimento, daí passamos a conhecer a Pedagogia da Alternância e a sua importância para as nossas comunidades. Em 1994 alguns alunos das comunidades de Bom Jesus, Rumo, Sentada, e Centro do Expedito foram estudar na EFA de Coroatá, daí iniciou-se uma série de cursos, encontros e seminários sobre a Pedagogia da alternância organizados por aquela EFA, onde pais e lideranças

²⁰ LOPES, Pedro Auri. Em entrevista cedida em 16 de março de 2015. Constituição da EFA – CODÓ na cidade. Escola Família Agrícola Irmã Rita Lore Wicklein. Como monitor mais antigo da instituição, o qual vivenciou os dez anos de existência da EFA e tem 10 anos de EFA, este monitor tem dedicado boa parte de sua vida a essa escola, que é um exemplo de resistência das populações camponesas aos modelos de educação imposto no campo.

comunitárias do município de Codó participavam. Em 1995 foi instituída a EQUIPE DE ARTICULAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DA EFA CODÓ, esta era composta por Mario Sergio²¹, José Luis, Maria da Piedade e Raimundo Pereira (dute) (PPP, s/d, p. 4).

No Relatório fornecido pela EFA – Codó, a equipe de articulação é composta não apenas por quatro, como o registro apontado no PPP, entretanto, aos já nomeados acrescenta-se Ana Emília, Valdimiro e Francisco Carlos.

Em consulta ainda aos dados do relatório fornecido pela equipe pedagógica da EFA, os discentes da EFA de Coroatá provenientes de Codó se destacavam em suas comunidades como agentes de desenvolvimento na elaboração e efetivação de pequenos projetos de criação de animais de médio e pequeno porte, trabalhando com cultivo de hortaliças e participando ativamente das reuniões na localidade. Essas ações agradavam o movimento das comunidades ligadas ao CCR, que em suas reuniões e encontros divulgava esse avanço na educação dos jovens.

Em setembro de 2002, o Conselho Comunitário Rural (CCR), divulgou e realizou na comunidade quilombola de Santo Antonio dos Pretos, município de Codó/MA com a juventude de dezesseis (16) comunidades das regiões de Santo Antonio dos Pretos e Bom Jesus, um encontro com o tema: “A educação que temos e a educação que queremos” (PPP, s/d).

Ao final desse encontro foi formada uma comissão composta de cinco jovens: Antonio Carlos (Boa Esperança), Celso (Granada), Leonardo (Livramento), Robson (Bom Jesus) e José Francisco (Santo Antonio dos Pretos), sendo os quatro primeiros discentes da EFA de Coroatá (Relatório cedido pela equipe pedagógica da EFA, s/d). Esta comissão ficou responsável por fortalecer a luta pela implantação da EFA no município de Codó/MA, promover a mobilização de cento e trinta (130) jovens, visitarem todas as comunidades envolvidas no processo e realizar seminários (Relatório cedido pela equipe pedagógica da EFA, s/d).

Em meados de novembro do mesmo ano, o encontro com cerca de cento e vinte (120) jovens se efetivou na comunidade de Bom Jesus. Essa juventude era oriunda das dezesseis (16) comunidades, estando presentes no evento representantes da EFA de Coroatá/MA, EFA de Capinzal do Norte/MA, EFA de Sobradinho/PI, Conselho da Criança

²¹ Professor Mário Sergio Moreira de Queiroz um dos primeiros professores da EFA Codó, esse docente foi muito mencionado por pais de discentes durante a entrevista cedida para elaboração desse estudo. Hoje o prof. Mario Sergio leciona na comunidade quilombola Bom Jesus – município de Codó.

e do adolescente, STTR, CCR e Igreja de Santa Terezinha (Relatório cedido pela equipe pedagógica da EFA, s/d).

De acordo com o PPP (s/d, p. 4) da EFA - Codó, no ano de 2003, o efetivo de discentes frequentando a instituição por alternância da cidade de Coroatá era quarenta e seis (46), número que crescia a cada novo ano, fato que já apontava para a necessidade de uma instituição dessas no municio de Codó.

Em abril de 2003, realizou-se um encontro na comunidade Monte Cristo com cento e vinte (120) jovens (veja a Figura 8), o CCR, e o STTR para discutir o mesmo tema que outrora fora tratado em Santo Antonio dos Pretos, “A educação que temos e a educação que queremos”. No final dos trabalhos as lideranças da comunidade Monte Cristo, com o apoio de seus sócios, ficaram responsáveis por doar dez (10) hectares de terras para a implantação da EFA – Codó. (PPP, s/d).

Figura 8: Seminários realizados nas comunidades sedes.



Fonte: Arquivo pessoal.

Esse processo (pausa) iniciou-se com um grande encontro em 2001 e, houve duas propostas de doação de área para a escola né? Na Santa Joana fica na estrada de Cajazeiras e aqui no Monte cristo, no PA Monte Cristo, que ainda não havia sido claramente onde ficaria. Havia um desejo de ser no Centro do Expedito, até qui (pausa) chegou-se a conclusão que faríamos aqui no Monte Cristo por conta da acessibilidade, a Santa Joana tinha períodos muitos difícil, o Centro do Expedito ainda hoje tem difícil acessibilidade e o Monte Cristo foi aonde apresentou, vamos dizer assim, uma acessibilidade mais viável (LOPES, 2015).

Figura 9: Entrevistador Antonio Carlos e entrevistado Prof. Pedro Auri.



Fonte: Arquivo pessoal

O Professor da rede de ensino municipal Mário Sergio foi cedido pela Secretaria de Educação para coordenar o projeto de implantação da EFA, na oportunidade, foram visitadas e mobilizadas cerca de sessenta (60) comunidades, das quais compareceram no seminário de fundação da Associação da EFA vinte cinco (25). Lopes (2015) destaca a importância do professor Mário Sergio no trabalho de animação e chamamento das comunidades para implantação do projeto;

[...] ainda 99 [...] 98 o Mário Sergio vai destinado especificamente, para (mais uma pausa) cuidar dessas ideias da implantação de uma Escola Família no município de Codó. Depois de grandes reuniões com prefeitura, secretaria, com o próprio PREFEITO, chegou-se a essa conclusão que para a instalação precisava de uma pessoa pra cuidar de todo esse processo, porque para criar uma Escola Família, é um processo que tem que vir das famílias, o desejo tem que vir das famílias [...] Isso é o seguinte, feito a disponibilidade do professor Mario Sergio para esse fim, ele teve tempo para andar em todas as comunidades da Paróquia de Santa Terezinha, fazer reunião com todas as comunidades, explicar o que era uma Escola Família, os fins, as necessidades que a região apresentava, o desejo dos alunos que estavam em Corotá de haver uma escola aqui e que havia despertado [...] esse empenho dele para tal. (LOPES, 2015).

A entidade criada por ocasião do encontro na comunidade Monte Cristo foi denominada de Associação das Famílias Rurais Alunos e Ex-alunos da Escola Família Agrícola de Codó (AFRAEEFAC), fundada no dia 13 de julho de 2003, no terceiro dia de evento (PPP, s/d). A princípio ficou decidido que a escola seria construída de taipa e por

conta disso foram divididas as responsabilidades para extração dos materiais, autorizações e doações necessárias, contudo,

Em 2005, final de 2004, havia sido decidido em uma assembléia que 2005 funcionaria a escola, que não sabia que nome iria receber não é? Então: a EFA DE CODÓ. As famílias fizeram todo um cadastro de doação, um [...] doaria madeira, outros doariam ripa, estaca ou tudo aquilo que a gente fosse fazer, que a ideia era fazer mesmo de taipa (LOPES, 2015).

Porém;

No final de 2004. Recebemos através da União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão (UAEFAMA) de uma organização belga a Solidariedade Internacional dos Movimentos de Formação Rural (SIMFR), a quantia de R\$ 49.186,53, com esse recurso demos início a construção do prédio, durante a construção recebemos R\$ 10.000,00 da Comunidade dos Padres Palotinos de Codó, com a construção inacabada, deu-se início as aulas no dia 25 de abril de 2005 com 65 alunos participando (PPP, s/d, p. 5).

De acordo com Lopes (2015), no dia 25 de abril de 2005, a Escola Família Agrícola entra em atividade com duas turmas de 5ª série (6º Ano) e uma de 6ª série (7º Ano) sessenta e cinco (65) alunos ao total. É possível, pelas palavras do professor, imaginar o tamanho da força de vontade dos alunos da instituição, pois apesar de todas as adversidades da escola não desanimavam:

Iniciamos as aulas em abril de 2005. Não havia uma cadeira e nenhuma mesa né? (pausa), se a gente ia pra sala era sentado em tijolo, se vinha pro refeitório era em tijolo, pra não ficar nos tijolo ia pra rede, que não tinha outra opção de assento ou de conforto. Mas naquela época iniciamos com jovens até de uma idade madura, (o professor faz referência à idade dos discente nos primeiros anos de fundação da EFA Codó) nossa idade mínima estava entre 16, 17 anos tínhamos aluno até de 28, 29 anos de idade que favoreceu também a questão da resistência, porque as Escolas Famílias, elas chegam pra atender um público que está sem condições de continuar estudando. Essa alternativa de passar dias em casa e dia na escola é pra proporcionar a condição de trabalhar pra sustentar o estudo também, isso quando a gente trabalha com pessoas fora da idade escolar (LOPES, 2015).

3.3. A (AS) MOTIVAÇÃO (ÕES) DOS PAIS NA ESCOLHA DA EFA – CODÓ

A partir desse ponto preparamos todos os materiais, estabelecemos contatos com os monitores que viabilizariam e intermediariam o acesso aos pais escolhidos, programamos os dias de coletas, os possíveis retornos, com a finalidade de obter a resposta a partir dos questionamentos iniciais de nossa pesquisa, fomos a campo.

Em busca das respostas, percorremos nos três anos e meio de pesquisa cerca de 680 km em uma motocicleta visitando às famílias muitas vezes em companhia dos monitores para coleta de informações, registros infográficos dentre outros.

Figura 10: Entrevistador em estrada que dar acesso a comunidade Cipoal dos Pretos.



Fonte: Arquivo pessoal

A primeira entrevista foi realizada dia 16 ao dia 28 de março de 2015. Esta concedida pelo Professor Pedro Auri (veja figura 9) na Biblioteca da EFA Codó, nos dias posteriores se iniciou o processo de transcrição do material produzido.

A escolha do entrevistado se deu pelo fato dele ser o monitor docente que vivenciou o processo de constituição da Escola Família Agrícola Irmã Rita Lore Wicklein na comunidade Monte Cristo no município de Codó. Assim como também, leciona na EFA desde de sua primeira turma.

De posse de todo os materiais necessários para realização das entrevistas nas comunidades, nos dirigimos à comunidade Centro do Expedito, para realizar uma entrevista com a mãe da monitora Maria José que outrora fora aluna da EFA.

A primeira camponesa a ser entrevistada, no entanto, foi dona Maria Auxiliadora Lima²², viúva, mãe de um ex-aluno da EFA Codó e tendo outro que está cursando o 9º ano na instituição

²² LIMA, Maria Auxiliadora Mateus de. Entrevista cedida em 27 de março de 2015. Comunidade Centro do Expedito.

Figura 11: Agricultora Maria Auxiliadora Lima



Fonte: Arquivo Pessoal

A informação que eu tive da escola foi assim, eu escutei pelo Mário Sergio, era Arlindo, que sempre eles andavam por lá [...]. Tempo o meu marido era vivo. Disse: - Mariano tu vai matricular esse menino lá? Esse menino não aprende, fica tudo avolutário (A agricultora usa esse termo para dizer que o filho ficaria sem acompanhamento algum de alguém maior, juntamente com os demais) [...] Aí o Mauro Sergio andou aqui e disse não mulher não ficam avolutários, lá os professores, não são todos, mas tem uns que dormem lá (escola) [...]. Arlindo me convidou para participar de uma reunião lá. Fomos a reunião onde passamos três dias, fiquei prestando atenção na escola e pensei comigo mesma - rapaz essa escola aqui é boa, foi feita, aí tinha uns alunos lá e eu prestando tenção neles. Aí quando eu cheguei em casa pedi a Mariano (faz uma pequena pausa) para fazer a matrícula pro Luca lá, lá é bom pra ele. (LIMA, 2015).

A campezina Maria Auxiliadora, mulher humilde, viúva e mãe de três filhos e duas filhas, é a provedora do lar, vivendo atualmente com dois dos cinco filhos dentro de casa, uma vez que o mais velho dos homens e as filhas mulheres já constituíram família. Por morarem na mesma localidade, existe um vínculo familiar muito forte. Pelas declarações da entrevistada ficou evidente que a ela optou pela EFA por dois motivos principais: a mobilização feita pela equipe de articulação representada na pessoa do Prof. Mário Sergio e o fato da escola ter solucionado a dificuldade de acesso dos filhos ao ensino, caso queiram continuar seus estudos.

Em entrevista, Lima (2015) revela que mesmo na presente data o ensino ofertado na comunidade não vai bem e, por isso, o seu filho mais novo, que em suas palavras, não tem tido um bom ensino “nossos meninos aqui eu acho que eles não sabem bem, mas não por culpa deles, é culpa do professor que não ensina eles. Não bota eles pra lêem, eles não

botam não”. Por isso mesmo espera o próximo filho completar o tempo para também colocá-lo na EFA Codó.

Figura 12: Camponês Deusimar Silva



Fonte: Arquivo Pessoal

O agricultor Deusimar Silva, pai de ex-aluna e atualmente de um menino que cursa o 8º ano na EFA, ajudou a construir a EFA, seja participando de reuniões, extraindo madeira para sua construção dentre outras ações. A solicitá-lo que falasse sobre a EFA Codó, o camponês nesse momento abriu um sorriso e deixou transparecer em seu semblante a satisfação de ter participado de uma ação exitosa que agora é trazido à sua lembrança

Rapaz [...] aquela escola ali [...] uma história. Aquilo dali eu comecei das primeiras reuniões que teve no Monte Cristo, eu já comecei participar delas. Ela (A EFA Codó) antigamente era de palha, nós a fizemos, nós tiremos madeira aqui pra levar²³ (SILVA, 2015).

Quando foi interpelado sobre a sua motivação que levava a escolha da escola, o agricultor Deusimar declarou: “Primeiro foi para o futuro dele que eu escolhi, porque eu não quero que ele fique que nem eu”.

Nessa afirmativa o agricultor coloca-se como um exemplo a não ser seguido pelo filho, subtende-se em sua vida profissional existe algo de contraproducente. A lógica que certamente se propaga é a de que viver da roça é ruim e só vive lá quem não conhece as letras. E continua – “porque eu não aprendi a ler por causa da chance que não tive

²³ SILVA, Deusimar. . Entrevista cedida em 27 de março de 2015. Comunidade Centro do Expedito.

oportunidade quando eu fui criado. E outra, que hoje o futuro das pessoas [...] é o estudo, a pessoa [...] que não tiver estudo não tem nada, não é ninguém, você só depende dos outro”.

É perceptível que para o Sr. Deusimar, é um grande privilégio que o seu filho estude em uma escola em que ele mesmo construiu e deixa transparecer que enquanto instituições mantidas pelo governo nas comunidades estão fechadas ou funcionando precariamente, a EFA administrada pelas famílias está indo bem.

na verdade ela está até mais acituada (o camponês faz uso desse termo para declarar que a EFA tem melhor qualidade de ensino, se comparada com outras instituições que são mantidas diretamente pelo poder público) [...] do que essa daqui mesmo no estudo, é mais (refere-se a uma unidade escolar situada na comunidade). Porque aqui quase menino não está estudando. Ali no Santo Antonio, esse ano mesmo nunca nem começou né? (refere-se ao Centro Quilombola de Formação por Alternância Ana Moreira) (SILVA, 2015).

O agricultor demonstra-se preocupado com a falta de perspectivas da vida no meio rural que tem assolado as comunidades. Reconhece que até certo ponto existe sim falta de emprego, mas admite que isso pode ser superado declarando:

Quando eles acabam os estudos deles, a seguera (termo utilizado para dizer que esses jovens que concluem o ensino fundamental e médio, tão logo deslocam-se para os grandes centros urbanos à procura de emprego e renda) deles é só pra viajar, esquecem das comunidades aí é que onde está né? Certo que não tem mesmo emprego pra todos [...] aqui, mas eu achava que dava de ter mais atenção pela localidade deles e cultura. Que hoje nas comunidades, hoje ta tendo já muita chance para os alunos, só depende deles (SILVA, 2015).

Figura: 13: Camponesa Maria Maçalina



Fonte: Arquivo pessoal

A camponesa Maria Maçalina Lima Barros apresentou as dificuldades encaradas em sua comunidade, no que diz respeito à educação. Relatou que o ensino oferecido vai até ao quinto ano do Fundamental. Segundo ela, “Foi muito bom, porque aqui só chegava só a até a quinta séria né?”. Na verdade, não houve mudança na situação, o que ocorreu foi uma alteração da denominação.

O município, até a presente data, ainda só oferta do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental na comunidade. Para se ter continuidade nos estudos, os filhos dos agricultores precisam percorrer cerca de 50 km todos os dias até a comunidade mais próxima que disponibiliza essa formação, ou optar pela EFA que está de portas abertas para as comunidades. “Da quinta séria em diante a gente passava a procurar [...] escola para colocar eles pra estudar, então através disso aí [...] colocamos eles [...] na EFA” (BARROS²⁴, 2015).

Sendo assim, se os pais desejam manter os filhos na escola deverão pagar passagem todos os dias de ida e volta para que eles possam frequentar a escola em uma comunidade mais próxima há 25 km.

A agricultora descartou qualquer possibilidade de colocar seus filhos na cidade, alegando falta de condições.

Primeiramente, é porque a época que [...] nós queremos botar eles na escola aqui né? Aí a maior oportunidade que nós tivemos foi a EFA, até porque na cidade nós não tínhamos condição de colocar né? Depende de mais coisas e aí a gente não tinha condição de botar lá, (incompreensível) melhor forma né? E graças a Deus apareceu né? Essa escola pra gente colocar eles ali (BARROS, 2015).

Ao ser questionada sobre o modo como a camponesa teve conhecimento da escola, ela fez menção a duas pessoas, ambas já foram monitores da EFA, o Prof. Arlindo (morador da comunidade de procedência da entrevistada) e o Prof. Mário Sergio (um dos articuladores da implantação da EFA CODÓ). Segundo Barros (2015), eles fizeram a divulgação e foram os que implantaram a escola.

Barros (2015) percebe o projeto EFA como oportunidade e solução para a escolarização de seus (as) filhos (as), uma vez que financeiramente, não teria condições de bancar a educação deles (as).

[...] durante o tempo que eles estão lá, [...] estudando né? Trabalhando também, eu acho que deve ter algum trabalho para eles, e quando chegam aqui também,

²⁴ BARROS, Maria Maçalina Lima. Entrevista cedida em 27 de março de 2015. Comunidade Centro do Expedito.

trabalhar também, não podem ficar parados ou é no tempo que eles não estão estudando em casa, estão me ajudando a trabalhar junto comigo e aí é bom, [...] outra oportunidade a gente não vai achar melhor do que essa né? Para nós que somos pobres que não têm condições de colocá-los [...] na cidade tem que ser aqui mesmo [...] (BARROS, 2015).

Figura 14: Agricultora Raimunda Nonata



Fonte: Arquivo pessoal

Raimunda Nonata Silva Sousa²⁵ tem um diferencial no que diz respeito aos demais pais entrevistados, ela e seu esposo foram alunos de Escola Família Agrícola.

Eu sou ex-aluna de Escola Família, tanto eu como o pai dele (refere-se ao filho que é discente da EFA), então foi um dos motivos (incompreensível), por já conhecer a escola e a história, (grifo nosso) eu também fui fundadora da escola do Monte Cristo, então mais um motivo pra me colocar ele lá (SILVA SOUSA, 2015).

A camponesa em sua fala especificou que estudou na EFA de “Coroatá de 1997 até 2011”. Tempo dedicado a militância por uma escola semelhante em Codó para acolher os filhos da terra.

Assim porque nós todos íamos pra Coroatá, então era um percurso grande e aí era um sonho nosso construir a de Codó. Então a gente mobilizou junto com outras comunidades e aí montamos uma comissão, depois fundamos a escola, por essa necessidade né? Por ser distante e aí tava muito difícil, a gente lutou por essa daqui aqui em Codó (SILVA SOUSA, 2015).

²⁵ SILVA SOUSA, Raimunda Nonata. Entrevista cedida em 27 de março de 2015 Comunidade Centro do Expedito.

Destaca também que fez parte da comissão de fundação da EFA Codó e atribuiu todas as suas conquistas aos ensinamentos adquiridos na EFA (SILVA SOUSA, 2015). A entrevista com a agricultora transcorreu bem e ela foi direta em suas respostas e por conta desse detalhe foi finalizada ao que se parece rapidamente.

Figura 15: Parte da Família Matos.



Fonte: Arquivo Pessoal

Para a família da agricultora Eliane Alves Matos²⁶, a EFA é um projeto vitorioso, logo porque tem um filho que está cursando o 9º ano do Ensino Fundamental e uma filha ex-aluna da mesma instituição e que está hoje na escola como funcionária (Monitora). Maria Jose Alves Matos, faz um curso de Pedagogia na modalidade da Alternância em Bacabal no Campus da UFMA.

Ao ser questionada sobre o porque escolhera a EFA, obtivemos a seguinte resposta:

Por quê? Porque lá é bom, é quinze dia na escola, o aluno tem muito o que aprender. É estudar, atividade, fazer horta, essas coisas e ensinam o menino a conhecer, fazer amizade com os alunos, os professores, conhecer melhor os professor, é a segunda casa deles (MATOS, 2015).

Quando da entrevista com a família Matos, pode-se perceber por parte de dona Eliane um certo acanhamento no momento de responder os questionamentos, em contrapartida seu esposo o Sr. José de Ribamar mostrou-se bastante desinibido respondendo

²⁶ MATOS, Eliane Alves. Entrevista cedida em 27 de março de 2015. Comunidade Centro do Expedito.

todas as indagações sem esquivar-se, o que por vezes limitava o uso da palavra por parte de sua senhora.

A família não declarou que teve algum envolvimento com a implantação da escola, mas relatou que Mario Sérgio e Chico Carlos haviam sido as pessoas transmitiram as boas novas sobre a escola. Isso reafirma o trabalho de articulação para implantação da escola muito bem planejada e disseminada nas comunidades. Já sobre as motivações da escolha, a família declara que foi em virtude das boas informações sobre a escola trazidas por pessoas conhecidas na comunidade.

Figura 16: Camponês Raimundo e sua esposa Maria Leonice



Fonte: Arquivo pessoal

O Sr. Raimundo de Sousa²⁷ residente na localidade Nova Vila, declarou-se ser um dos construtores da EFA. Mostrou-se consciente da importância que tem essa escola para a população campesina e para a formação de liderança na própria comunidade. Por isso, colocou três filhos e três netos para estudar na escola, lamentando que um de seus filhos veio a desistir de prosseguir nos estudos, mas ressaltou que, na presente data, há um neto cursando o 7º ano.

já passou três filho meu lá [...], dois receberam a formatura (o que o agricultor em outras palavras afirma é que dois de seus filhos concluíram o nono ano na EFA

²⁷ SOUSA, Raimundo. Entrevista cedida em 28 de março de 2015. Comunidade Nova Vila.

Codó) e um né! (pausa) não resistiu (ao lembrar de um dos filhos que não concluiu o ensino fundamental, fez uma pausa um pouco mais demorada) ele desistiu! Mas graças a Deus, eu tenho mim comunicado bem com a escola e, acho que pra nós [...] da roça, aqui da base, dos assentamentos, da nossa comunidade é a EFA.

Como se pode perceber, Sousa (2015) sabe exatamente qual a função da Escola Agrícola para ele e para as comunidades e isso fica evidente também em suas declarações:

[...] sempre nunca [...] deixei o meu lado ir a baixo, que nós como zona rural, nós temos [...] que sustentar essa base [...] de lavrador né? Então [...] minha origem, [...] nós comunidade graças a Deus com garra e com fé né? Formemos essa escola, onde ela [...] nós começemos ela do começo do roço, até que ela não era para ser feita [...] de tijolo, nesse momento era pra ser de taipa, mas graças a Deus ela hoje é construída [...] de tijolo (SOUSA, 2015).

Chamou-nos atenção a resposta dada por Sousa (2015) ao ser questionado sobre o que acontecia com os discentes da comunidade ao terminar os anos de estudos ali oferecidos, momento em que ainda não se contava com a EFA: “Muitos esbarravam ali, outros ia (pausa) tentar lá [...] pela a sede de nossa cidade de Codó né? Iam tentar fazer um, uma base [...] uma tentativa, muitos passavam, mas muitos se desabondonava lá desistia e outros nem saiam”.

Essa afirmação deixa evidente como eram tratados os camponeses em relação ao direito a escola como assegura a Constituição brasileira: estão lançados à própria sorte.

Figura 17: Camponesa Nazirene e sua filha Joycirene



Fonte: Arquivo pessoal.

Em entrevista concedida pela agricultora Nazirene Alvim²⁸ e sua filha Joycirene, ex-aluna da EFA Codó (figura 17), na comunidade Nova Vila, pudemos perceber em alguns trechos do depoimento que a motivação da preferência pela EFA se justificou pela escassez de escolas para suas filhas, o complicado acesso e a distância da existente.

[...] é uma escola que minha, minhas duas filhas, essa aqui já passou por lá, então ela estudava na Santa Maria, da Santa Maria eu lutava muito pra levar ela pra escola, aí a gente botou ela pra lá que é menos trabalho. Assim que na Santa Maria a gente tinha que está levando, trazendo, levando, trazendo, e lá não, coloca ela (referindo-se a sua filha) lá, ela já tem o estudozinho dela e ela gosta muito de lá e eu também. (ALVIM, 2015).

Segundo relatos da família Alvim (2015) a escola mais próxima ficava na comunidade Santa Maria (não foi possível levantar informações com os moradores da comunidade Nova Vila sobre a distância média entre uma localidade e outra) e os pais ou familiares deveriam realizar suas tarefas cedo da manhã, preparar as crianças, levá-las para a escola, esperar a aula terminar e voltar para casa. Todo esse esforço para que seus filhos viessem a estudar.

Ora, nesse sentido a EFA Codó foi uma mão na roda²⁹ para os moradores da comunidade da Nova Vila, o que contribuiu também para uma das justificativas de estar em terceiro lugar em quantidade de discentes que estudam na escola.

²⁸ ALVIM, Nazirene Viana dos Santos. Entrevista cedida em 28 de março de 2015. Comunidade Nova Vila.

²⁹ A expressão “mão na roda” significa juntar as necessidades com a solução do problema. Ela é uma expressão bastante comum entre os camponeses da região.

Figura 18: Agricultora Maria de Nazaré na sala de sua residência



Fonte: Arquivo pessoal.

A camponesa Maria de Nazaré Silva³⁰ residente na comunidade Cipoal dos Pretos, mãe de uma ex-aluna e avó de um ex-aluno ambos concluíram o ensino fundamental na EFA Codó. A camponesa também tem vínculo com a escola através de outra neta que está cursando o 7º ano na instituição.

Em nosso diálogo, a agricultora destacou as lutas enfrentadas para que a filha e os netos continuassem estudando na EFA, destacando que foi lá que suas filhas e seus netos conseguiram ser alfabetizados.

[...] com duas filhas estudando na Escola Família, a primeira é Elizângela, o sofrimento dela foi mais do que essa, porque no tempo que ela estudava lá a escola não era construída, ela ia buscar água no Monte Cristo para beber. Eu cheguei lá na escola, vi a situação da minha filha [...], escondida, dentro do mato! Eu chorei! Mas tudo bem, ela se formou lá e eu sofrendo atrás dela, eu ia deixar, eu ia buscar, quebrando coco. Nesse tempo eu não era aposentada, pra dar roupa, calçado, pra dar escola. Agora para Micaelle mudou, [...] o carro na porta de casa, vai e vem. Estou devendo a escola, mas vou trabalhar pra eu pagar, que da outra paguei, dessa também eu pago, e tudo bem (DA SILVA, 2015).

No que diz respeito a esse pagamento que Da Silva (2015) menciona, segundo informações coletadas durante conversa informal com os monitores e discente. Cada monitor é convidado a realizar uma contribuição voluntária mensal para a escola de R\$

³⁰ DA SILVA, Maria de Nazaré Viana. Entrevista cedida em 28 de março de 2015. Comunidade Cipoal dos Pretos.

300,00 (trezentos reais). Os valores coletados servirão para aquisição de materiais de escritório e escolares que são utilizados no decorrer do ano letivo.

Os pais dos discentes por sua vez, são responsáveis individualmente por realizar uma contribuição quinzenal para a escola de R\$ 20,00³¹ (vinte reais), valor utilizado no auxílio das refeições diárias. Se considerarmos apenas que o discente realiza diariamente três refeições na Escola Família, o valor é baixo.

A camponesa deixou transparecer sua insatisfação para com a EFA Codó no que diz respeito a uma contribuição que se vê obrigada a pagar ou contribuir para a escola “Estou devendo a escola, mas vou trabalhar para eu pagar, que da outra eu paguei (nesse ponto está se referindo a sua filha, que outrora estudara na instituição), dessa também eu pago, e tudo bem”. E no que tange a alimentação servida na escola, que segundo ela, é baseada em feijão.

que de comer de pobre é feijão, se a Micaelle não come, problema é dela, que ela não come é em lugar nenhum, ela não come, o de comer dela não dar prejuízo a ninguém, se seu fulano quiser comer bom, quem quer passar bem não sai de suas casas não é? Tem que ficar nas suas casas pois é! (DA SILVA, 2015b).

Essa problemática abordada por Da Silva (2015b), é em boa medida, devido às parcerias da EFA com as comunidades estarem ou serem, ao que parece, pouco consistentes. Tal fato prejudica a atuação da escola nesse quesito, haja vista que as parcerias são a base do funcionamento das escolas que adotam a Pedagogia da Alternância.

Outra questão é que a EFA Codó, desde sua fundação tem um convênio com a Prefeitura Municipal de Codó (PMC) firmado por sua associação, o qual estabelece que a Prefeitura a ceda os/as docentes, zeladores/as, administrativos, agentes de segurança de seu quadro funcional acompanhado de auxílio financeiro mensal para aquisição de parte da alimentação escolar.

Os recursos humanos foram garantidos para o ano de 2015, todavia, os recursos financeiros ficaram pendentes por conta de alguns documentos da EFA que foram exigidos pela prefeitura e que ainda estavam em processo de expedição.

Situação que a equipe pedagógica da EFA Codó espera ter superado até o início do ano letivo de 2016.

³¹ O valor diz respeito a contribuição dos pais enquanto sócios da Associação formadora da Escola. Os pais não são obrigados a contribuir, entretanto, os valores arrecadados da contribuição voluntária são investidos na alimentação dos discentes.

Figura 19: Camponesa Antonia em uma área coberta ao lado de sua residência.



Fonte: Arquivo pessoal.

A agricultora Antonia de Sousa Alves³², residente do povoado Cipoal dos Pretos e mãe de um aluno do 9º ano e uma aluna do 7º ano na EFA, declarou durante entrevista que,

escolhemos porque antes o filho da gente só estudava [...] até a quarta série, o quarto ano, e não tinha para onde ir, aí o Mário Sérgio veio visitando a gente, falando para gente que lá tinha a escola que [...] era quinze dias, mais era muita responsabilidade, os professores eram professores de responsabilidade e a gente foi e colocou e, e, e estar bom, estar bom, até agora estar bom (ALVES, 2015).

Para a agricultora a escola tem suas qualidades, haja vista o fato de os discentes não se esquecerem de casa, pois a “gente fica assim, nunca se afasta totalmente deles, eles ficam quinze dias com a gente, quinze na escola. A gente estar acompanhando de tudo, porque eles chegam, eles falam para a gente o que passou lá e, estar bom [...] nunca a gente fica assim afastado muito tempo” (ALVES, 2015).

Fica evidente pelo depoimento de Alves (2015), uma questão de extrema relevância, o fato da confiança que os pais depositam na equipe de monitores da Escola Família Agrícola Irmã Rita Lore Wicklein, uma vez que esse discente permanece por um período de quinze dias distante de casa.

³² ALVES, Antonia de Sousa. Entrevista cedida em 28 de março de 2015. Comunidade Cipoal dos Pretos.

A entrevistada também demonstrou satisfeita com o fato do filho não perder o vínculo familiar, segundo ela, esse fica maior pelo fato do filho permanecer quinze dias em casa, sem, no entanto estar afastado das atividades educacionais.

Por meio da visita e realização de entrevistas com os pais dos discentes da EFA Irmã Rita Lore Wicklein, foi possível obter informações sobre a EFA de nove das onze famílias daquelas selecionadas e procuradas. Duas se negaram a participar da pesquisa. Em três das famílias pesquisadas, os pais ou responsáveis pelos discentes demonstraram em sua fala que o filho na EFA representava preservação de seus costumes e valores, buscando a permanência e o desenvolvimento do meio rural, além de garantir uma educação apropriada para as populações camponesas.

Noutras seis famílias entrevistadas, cinco destacaram as condições socioeconômicas da família como motivação maior para a escolha da escola, alegando que em suas comunidades não havia escolas que garantissem a continuação dos estudos de seus (as) filhos (as) e que na zona urbana não tinham como mantê-los. Apontaram, também, que o trabalho da equipe de articulação e fundação da EFA teve certo peso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa tornou possível conhecer, ainda que superficialmente, a formação por alternância desenvolvida na Escola Família Agrícola, onde se busca uma formação integral do ser humano, visando a construção de um cidadão comprometido com as questões sociais, ambientais, econômicas, intelectuais, etc., sem, contudo, um desses se sobrepor aos outros.

Durante as observações das atividades didático-pedagógicas em sala foi possível verificar o ensinamento correlacionado que se tem na EFA, onde seus monitores procuram dialogar com outras áreas do conhecimento, corroborando com aquilo que defende Morin (2005, 2007).

Ficou evidente na investigação que grande parte das 16 comunidades representadas pelos alunos da EFA sofre com a ausência permanente do poder público, uma vez que falta escolas, professores, água encanada, postos de saúde e diversas políticas públicas de inclusão dessas comunidades que vivem no campo.

Ainda durante a entrevista uma mãe mostrou-se insatisfeita com a escola, isso foi percebido, pois pouco destacou alguma qualidade da EFA, ressaltando, de tempo em tempo o quanto sofria para manter os filhos e netos na instituição. Tal fato nos surpreendeu, uma vez que a escola é da família e busca beneficiar seus discentes e familiares, através de técnicas que ajudem o discente em formação a formar e elevar a qualidade de vida de sua família.

Por conta do tempo e do recorte estudado, não foi possível se realizar um levantamento sobre a situação socioeconômica dos discentes que estudaram na EFA Codó. Igualmente ressaltamos não ter trazido informações a respeito da continuidade dos estudos por parte dos egressos, suas atividades nos dias de hoje, e sobre a escolaridade dos pais dos discentes entrevistados.

Noutros termos, os camponeses carecem de uma escola que respeite seus direitos e assuma a educação de seus filhos como prioridade para formação de homens e mulheres que têm direitos iguais aos que residem na zona urbana.

E por fim se faz necessário enfatizar as limitações que persistem nesta pesquisa, uma vez que a situação das EFAs no estado do Maranhão, bem como no país ainda carecem de estudos mais aprofundados a respeito de questões como, a legislação, o levantamento do perfil dos monitores, a relação da EFA com sua comunidade fundadora entre outros que podem trazer mais elementos sobre a Pedagogia da Alternância aplicada no Brasil, em nosso estado e no município de Codó.

REFERÊNCIAS

CORPUS DOCUMENTAIL

1. FONTES IMPRESSAS

a) Artigos em jornais, revistas e outros

BEGNAMI, João Batista. **Uma geografia da pedagogia da alternância**. Brasília, UNEFAB, 2004 (documentos pedagógicos).

_____.; HILLESHEIN, L. P.; BURGHGRAVE, T.: **Os centros familiares de formação em alternância – ceffas**. (texto apresentado no IX Colóquio da UNINOVE, pedagogias alternativas), São Paulo, 2011.

DALPRÁ, Celite et al. **História e organização dos Ceffas no Brasil e no mundo**. (Especialização em Pedagogia da Alternância e educação do campo). Bacabal – Ma 2011.

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisa qualitativas**. Curitiba, Educar, n. 24, p 213-225, 2004. Disponível em <
http://www.oneesp.ufscar.br/texto_orientacao_transcricao_entrevista> Acessado em 30 de dez.2015.

FEITOSA, A. C.: A degradação ambiental do rio itapecuru na sede do município de Codóma. **Caderno de Pesquisa**, São Luís, v. 13, n. 1p. 31-45, jan./jun. 2002.

GARRIDO. Joan Del; ALCÀZAR I. **As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate**. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Ed. Marco Zero. Vol. 13, nº25/26, set. 1992/agosto, 1993. p. 33-54.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010. Síntese**. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=sc&tema=sinopse_censodemog2010
 Acessado 11 de fev. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS – INEP. **Índice de desenvolvimento da educação básica**. Disponível em:
<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=12532126>. Acessado em 14 de maio de 2015.

MÂNPIO, A. J. Revista da Formação por Alternância. Brasília: **CEFFAs Centro Familiares de Formação por Alternância**. União Nacional das Escolas Agrícolas do Brasil, ano 1 – nº 2, julho 2006, p.48-66

MARTINS, L. dos S. **Casa Familiar Rural - CFR - Formação a serviço da vida com dignidade no campo**. (s/d). Texto disponível em:<
[http://www.itsbrasil.org.br/sites/itsbrasil.w20.com.br/files/Pedagogia da Alternancia.pdf](http://www.itsbrasil.org.br/sites/itsbrasil.w20.com.br/files/Pedagogia_da_Alternancia.pdf)>
 Acessado em 29 de mar. 2015.

NOSELLA, P. **Revista da Formação por Alternância**. Brasília: CEFFAs Centro Familiares de Formação por Alternância. União Nacional das Escolas Agrícolas do Brasil, ano 2 – n° 4, julho 2007, p. 5-24.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Diagnóstico da Educação Básica no Estado do Maranhão**: Projeto de Cooperação Técnica. Brasília: MEC; PNUD, 2011. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2013.aspx>>. Acessado em 14 de maio de 2015.

Projeto Político Pedagógico (PPP). **Escola Família Agrícola Irmã Rita Lore Wicklein**, Codó, s/d, p.

PROVÍNCIA FRANCISCANA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO MA/PI. **Relatórios de atividades desenvolvidas**. Bacabal – MA, [20--?]. Disponível em <http://www.franciscanosmapi.org.br/?page=ler&id=416>. Acessado em 13 de fev. 2015.

TEIXEIRA, E.; BERNARTT, M.; TRINDADE, G. A. Estudos sobre pedagogia da alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, v. 34, n. 2, p. 227-242, 2008.

UAEFAMA – União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão. **Documentação pedagógica do arquivo da instituição**, Bacabal, 2011.

UNEFAB – União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. **Histórico**. Goiás, s/d <Disponível em http://unefab.org.br/home/num_efasbr.htm> Acessado 17 de jan. 2015.

b) Projetos, dissertações e teses

ALMEIDA, F. A. C. **A experiência educativa de uma casa familiar rural e suas contribuições para o desenvolvimento local**. Belém, 2005. Universidade Federal do Pará. (Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Socioambiental). 118p.

NOSELLA, Paolo. **Uma educação para o meio rural: sistematização e problematização da experiência educacional das escolas da Família Agrícola do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo**. (Dissertação de Mestrado em Filosofia da Educação). São Paulo, PUC/SP: 1977.

PESSOTTI, Alda Luzia. **A Escola Família Agrícola: uma alternativa para o ensino rural**. 1978. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1978.

QUEIROZ, J. B. **Construção das escolas famílias no Brasil – ensino médio e educação profissional**. UNB: DF. Tese de documento, 2004.

RODRIGUES, J. A. **Práticas discursivas de reprodução e diferenciação na pedagogia da alternância**. Universidade Federal do Espírito Santo, 2008. (Tese de doutorado).

SILVA, L. H. da. **As representações sociais da relação educativa Escola-Família no universo das experiências brasileira da formação por alternância**. (Tese de doutorado

em Psicologia da Educação). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 2000.

WOLOCHEN, Maria Bernadete: **A casa familiar rural e a pedagogia da alternância: evidência e desenvolvimento local.** (Dissertação de Mestrado em Organização e Desenvolvimento). Curitiba, PR, Centro Universitário Franciscano do Paraná – Unifae, 2008.

c) Leis e decretos

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº1/92 a 83/2014 e pelo Decreto Legislativo nº186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014. 113p.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 6. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2011. 43 p. – (Série legislação; n. 64).

2. FONTES ORAIS

2.1. Entrevistas

a) Entrevistas gravadas

ALVES, Antonia de Sousa. Entrevista cedida em 28 de março de 2015. Comunidade Cipoal dos Pretos.

ALVIM, Nazirene Viana dos Santos. Entrevista cedida em 28 de março de 2015. Comunidade Nova Vila.

BARROS, Maria Maçalina Lima. Entrevista cedida em 27 de março de 2015. Comunidade Centro do Expedito.

DA SILVA, Maria de Nazaré Viana. Entrevista cedida em 28 de março de 2015. Comunidade Cipoal dos Pretos.

LOPES, Pedro Auri. **Constituição da EFA – CODÓ na cidade.** Escola Família Agrícola Irmã Rita Lore Wicklein. 16 de março de 2015 - Com monitor mais antigo da instituição, o qual vivenciou os dez anos de existência da EFA e tem 10 anos de EFA.

LIMA, Maria Auxiliadora Mateus de. Entrevista cedida em 27 de março de 2015. Comunidade Centro do Expedito.

MATOS, Eliane Alves. Entrevista cedida em 27 de março de 2015. Comunidade Centro do Expedito.

SILVA, Deusimar. . Entrevista cedida em 27 de março de 2015. Comunidade Centro do Expedito.

SILVA SOUSA, Raimunda Nonata. Entrevista cedida em 27 de março de 2015. Comunidade Centro do Expedito.

SOUSA, Raimundo. Entrevista cedida em 28 de março de 2015. Comunidade Nova Vila.

b) Entrevistas (outras)

GALLO, Silvio Donizetti de Oliveira. Entrevista cedida para UNIVESP de tema: **Complexidade e Interdisciplinaridade em Morrin**. Postado por Marcos Martins de Oliveira em 15 de jul. 2011. Disponível em <www.youtube.com/watch?v=QY8RIgIL-DO> Acessado em 29 de mar. 2015.

GONZALES, Maria Eunice. Entrevista cedida para UNIVESP de tema: **Complexidade e Interdisciplinaridade em Morrin**. Postado por Marcos Martins de Oliveira em 15 de jul. 2011. Disponível em <www.youtube.com/watch?v=QY8RIgIL-DO> Acessado em 29 de mar. 2015.

3. BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8º Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

ARROYO, FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo** – por uma educação básica do campo. Brasília: MST - Coordenação da Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2011.

CALDART, Roseli Salete. Por **uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**: In: KOLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Orgs) Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas. V. 4. Brasília; 2004, (p. 25 – 36).

_____, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. In: BENJAMIN, César; CALDART, R. S. *Projeto popular e escola do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção Por uma educação Básica do Campo, nº. 3, p. 39-87.

CERTEAU, Michel de. **A operação histórica**. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. **Casa Familiar Rural: a formação com base na pedagogia da alternância**. Florianópolis: Insular, 2003.

FREINET, C. **Les Techniques Freninet de L'escole Moderne**. Paris, A Colin, 1968 [Traduzido para o português com o título: As técnicas Freinet da Escola Moderna. Lisboa: Espanha 1975]

FREIRE, Paulo, 1921 – 1997: **Pedagogia do oprimido** 50. Ed. Ver. e atual. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GARCIA-MARIRRODRIGA, Roberto; CALVÓ, Pedro Puig: **Formação em alternância e desenvolvimento local: o movimento educativo dos CEFFA no mundo**; tradução Luis da Silva Peixoto, João Batista Begnami, Thierry De Burghgrave, tem mais. Belo Horizonte: O Lutador, 2010. (AIDEFA) 192p.

GIMONET, Jean-Claude: **Alternância na formação método pedagógico ou novo sistema educativo? A experiência das casas familiares rurais**: In: Demol, J. N; Pilon, J. M. *Alternance, développement personnel et local*. Paris: I' Harmattan, 1998. Tradução por Thierry De Burghgrave.

_____: **Praticar e compreender a Pedagogia da alternância dos CEFFAS**; tradução de Thirry de Burghgrave. - Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, 2007.

MACHADO, João Batista: **Codó histórias do fundo do baú**; Codó: FACT/UFMA, 1999. 298p.

MEIHY, J. C. S. B.: **Manual de história oral**, 5º Ed., revista e ampliada. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento; tradução Eloá Jacobina. 8ª Ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 128p.

_____. **Ciência com Consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Ed. Revista e modificada pelo autor - 8ª Ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 350p.

_____. **Introdução ao Pensamento Complexo**; In: *A Inteligência Cega*; tradução de Eliane Lisboa. 4. Ed. - Porto alegre: Sulina, 2001. 120p.

SILVA, C. **Desenvolvimento sustentável**: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

SILVA, Jose Carlos Aragão. **Ser livre e ser escravo: memórias e identidades de trabalhadores maranhenses na região dos cocais (1990-2008)**. São Luis: Café & Lápis; EDUFMA; FAPEMA, 2013. 194p.

SILVA, L. H. da. **As experiências de formação de jovens do campo: Alternância ou alternâncias**. 2. ed. Viçosa: Editora FGV, 2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.